

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DE OEIRAS**

Julho de 2005

NOTA PRÉVIA

A Rede Social, ao configurar-se como uma estratégia participada de promoção do Desenvolvimento Social do Concelho, vem ao encontro de um desígnio fundamental da própria Autarquia.

Assim, o trabalho em rede que se vem consolidando, permite-nos congregar esforços de forma ainda mais próxima e partilhada, ampliando simultaneamente o conhecimento das realidades e especificidades dos lugares que compõem e matizam a comunidade concelhia, bem como a nossa capacidade de acção para as mudanças que queremos construir, de modo a progredir num caminho de inovação, no qual as Pessoas – Indivíduos e Famílias – são o cerne e a razão de toda e qualquer acção. Acção que não é e, não pode ser fruto de acasos ou de ideias pontuais, mas do olhar lúcido sobre os problemas que ainda existem e, mesmo sobre os que no presente emergem face à complexidade da sociedade actual.

A aproximação de diferentes Entidades entre si, facilitando o conhecimento e a capacidade de reflexão acerca das causalidades que se cruzam para o cristalizar de situações de exclusão ou, de menores oportunidades de equilíbrio e sucesso, é uma fonte de potencialidades que, no espírito de co-responsabilização que nos anima, servirão para desencadear sinergias de forma concertada e coerente no sentido do maior bem-estar comum.

A Presidente do CLAS

Teresa Pais Zambujo

AGRADECIMENTOS

Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social (CLAS)

Entidades do CLAS

Comissão Social de Freguesia de Algés

Comissão Social de Freguesia de Barcarena

Comissão Social de Freguesia de Carnaxide

Comissão Social de Freguesia de Caxias

Comissão Social de Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo

Comissão Social de Freguesia de Linda-a-Velha

Comissão Social de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra

Comissão Social de Freguesia de Paço de Arcos

Comissão Social de Freguesia de Porto Salvo

Comissão Social de Freguesia de Queijas

Entidades participantes nos Workshops de Diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

ÍNDICE

	Página
1. Introdução	6
2. Metodologia	10
3. A Rede Social no Concelho de Oeiras – O percurso evolutivo	13
4. O Concelho de Oeiras	18
4.1 Síntese diagnóstica actualizada	18
4.2 Breve caracterização por Freguesia	37
4.3 Os fenómenos de exclusão social e pobreza	48
5. A Estratégia Social Local	55
5.1 Orientações gerais da Estratégia Social Local	55
5.2 Linhas Orientadoras do PDS – dos Problemas às Respostas	60
5.2.1 Análise evolutiva da priorização de Problemas	65
5.3 Articulação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) com outros instrumentos de planeamento	79
5.4 A integração da Intervenção Social	90
6. Plano de Acção	95
6.1 Plano de Acção Anual (Setembro 2005/Setembro 2006)	95
7. A Avaliação do Plano	108
7.1 Tipo de Avaliação	108
7.2 Esquema de Avaliação	110
Documentos de Apoio	113
ANEXOS	
Cronologia da adesão ao CLAS	115
Quadro “Naturalidade e nacionalidade da População Residente em Oeiras”	119
Estratégia Social Local	121
Planos de Acção das Comissões Sociais de Freguesia	124
- CSF de Algés	
- CSF de Barcarena	
- CSF de Carnaxide	

- CSF de Cruz Quebrada/Dafundo
- CSF de Oeiras e S. Julião da Barra
- CSF de Paço de Arcos
- CSF de Porto Salvo

Recursos	165
Índice Quadros	171
Índice Gráficos	171
Ficha Técnica	172

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) surgiu da consciência de que só é possível criar um espaço comunitário coeso através de um desenvolvimento sustentável que articule o crescimento económico com o desenvolvimento social e a protecção do ambiente.

No entanto, para que este desenvolvimento seja exequível é necessário que se traduza em modelos mais específicos e concretos de desenvolvimento económico, humano, local, comunitário e social.

Sendo assim, o modelo de desenvolvimento social que sustenta o presente Plano orienta-se, sobretudo, para a minimização dos efeitos da pobreza, para a promoção do emprego, para o combate à exclusão social e para a integração social.

Relativamente às diferentes expressões de vulnerabilidade, há a consciência de que o Plano só terá sucesso se tiver condições para permitir o acesso ao rendimento, se promover a criação de emprego e a erradicação do desemprego, através da localização territorial de empresas e de sensibilização para o seu papel social, se der prioridade à Educação e à Formação direccionadas para o Tecido Empresarial e se incentivar e criar condições para o Auto-Emprego e a Formação de Micro-Empresas.

Por sua vez, a integração social tem de ser feita na óptica da valorização das competências pessoais, da interligação da pessoa com a família e a comunidade. O sentir-se útil é condição não só para a auto-estima da pessoa, tornando-a capaz de gerar riqueza e formar a sua família, como a responsabiliza pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, com reflexos na paz social e tempo para interesses de índole cultural.

Se com a Exclusão Social aparecem fenómenos de marginalidade, grupos desfavorecidos e vulneráveis, a inclusão social tem de fomentar e promover o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades de todos os munícipes, através da solidariedade, segurança e, da participação social, cultural e política de todos, o que passará pela dinamização das comunidades e a sua dotação dos meios e infra-estruturas materiais necessárias.

Sendo o Desenvolvimento Social um dos pilares definidos para o futuro da União Europeia, nomeadamente através da "Estratégia de Lisboa", torna-se necessário que neste Plano sejam abordadas e se interliguem realidades como as da identidade e cultura das pessoas, a sua qualidade de vida, o tipo e as exigências do mercado de trabalho onde se inserem e a prioridade que é dada, em Oeiras, ao investimento na tecnologia de ponta e na evolução científica.

Oeiras, hoje...

De há muito que Oeiras tem experiência em projectos de intervenção social organizada e enquadrada. Podendo até considerar-se referência para os outros concelhos e precursora da Rede Social. No entanto, a novidade é a da própria perspectiva de intervenção, por ter naturalmente evoluído ao longo destes anos. Passando da resolução casuística dos problemas sociais, através da intervenção directa da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), do Instituto da Segurança Social (ISS) e das diversas IPSS, para uma intervenção ao nível de um projecto de Desenvolvimento Social, interligando e enquadrando todas as Instituições presentes no Concelho em rede, aproveitando as suas competências humanas e materiais.

Esta intervenção social foi evoluindo a par da evolução do próprio Concelho de Oeiras, e da ideia que as pessoas têm de bem-estar e de qualidade de vida. A par da erradicação definitiva de núcleos de barracas pela construção de bairros sociais, que têm vindo a ser progressivamente equipados com diversas valências de Apoio Social, o Concelho conta no seu território com respostas de Apoio à Terceira Idade, através de Lares, Apoio Domiciliário e Centros de Convívio e, de Apoio à Infância, com Creches, Pré-Escolar e ATL's e, de Apoio aos Sem-Abrigo, com protocolos de apoio à Formação Profissional e, com Projectos de prevenção e recuperação de toxicodependências.

... e amanhã: Rede Social

Por tudo isto, Oeiras parte para a definição dos Objectivos e a aplicação no terreno deste PDS, com a mais valia da sua experiência e do seu pioneirismo na aplicação de Políticas Sociais. A novidade vai ser valorizar e ampliar o trabalho em parceria que tem vindo a ser ensaiado pelas diversas Instituições, o trabalho em rede.

Com o trabalho em rede, a ideia é de melhorar, ao nível da intervenção social, a qualidade dos serviços prestados, rentabilizar a utilização dos meios já disponíveis mas dispersos e, permitir, assim, melhorar a qualidade de vida das populações.

No entanto, a parceria a estabelecer entre as instituições parceiras não vai diluir ou eliminar a identidade e a vocação de cada uma delas, nem esquecer as dimensões política e social abrangentes da CMO, mas vai promover o diálogo e a cooperação qualificada entre elas e potenciar a criação de projectos mais abrangentes e ambiciosos.

Assim, o PDS de Oeiras como processo de planeamento estratégico:

- a) Tem como Eixos de Intervenção a "Família", "Educação, Emprego e Formação Profissional" e "Comportamentos de Risco";
- b) As suas estruturas de intervenção e coordenação da intervenção local em Rede são o Núcleo Executivo (NE) do Conselho Local de Acção Social (CLAS), as Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e o CLAS que promoveram o Diagnóstico continuado da realidade, identificando as lacunas, incentivando e promovendo o aparecimento das respostas a dar, através de projectos individuais ou em associação das instituições, que privilegiem a inovação da resposta e a optimização dos recursos em função das prioridades estratégicas do Concelho;
- c) Vai procurar tornar a economia Concelhia ainda mais competitiva, inserindo todas as sinergias produtivas e criativas das pessoas e instituições do Concelho de modo a permitir um crescimento sustentado da qualidade de vida e mantendo a coesão social;
- d) Centrando-se o modelo de desenvolvimento proposto na qualidade de vida, na excelência do serviço oferecido e na optimização dos recursos humanos e materiais disponíveis, ele vai depender do investimento feito na inovação e do aumento da quantidade e qualidade da intervenção social feita;
- e) Para ser possível interagir em rede e aplicar o Plano, há a necessidade de as instituições parceiras disporem, em tempo real, de informações de diagnóstico sobre a realidade do Concelho, o que permitirá agilizar e orientar as respostas para as necessidades concretas;
- f) Para isso, deve-se dar prioridade à criação de canais de informação entre as instituições e os cidadãos e os órgãos de decisão, de forma a manter o fluxo de informação constante e regular, que tanto permita actualizar o diagnóstico sobre a realidade social no Concelho, como dar conhecimento a

todos dos projectos e iniciativas em curso e incentivar o aparecimento de projectos de intervenção inovadores;

- g) Os parceiros devem estar conscientes, apesar da exiguidade de recursos disponíveis e do previsível aumento exponencial da especificidade e qualidade da intervenção social que virá a ser solicitada, que investir não significará, necessariamente, a afectação de mais recursos financeiros e logísticos, mas a optimização dos já existentes e a implementação de mecanismos de inovação e criatividade, administrativa e cultural.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica do Programa Rede Social assenta “numa **estratégia participada de planeamento**, que procura racionalizar e conferir maior eficácia, quer à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projectos e programas de combate à pobreza e à exclusão social, quer à promoção do desenvolvimento social”, numa perspectiva territorializada.¹.

O caminho percorrido tem sido o da adopção dessa metodologia de planeamento, integrado e participado, no qual cabe a aprendizagem de novas formas de fazer e de procura de consensos, que se traduzem no Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

Este Plano, como instrumento estruturante de deliberação, que inscreve uma atitude comum de mudança, é ilustrativo sobre os objectivos a alcançar e sobre as estratégias de intervenção a adoptar num espaço temporal de 3 anos, de 2005 a 2008. Trata-se de um instrumento de definição conjunta e contratualizada, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local e enunciando, por conseguinte, uma estratégia global para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide.

A trajectória do presente traduz o recurso a instrumentos diversos no conhecimento da realidade social concelhia e, na definição da acção, sendo essa diversidade patente quer ao nível da recolha e produção de informação, quer ao nível da sua análise, assentando assim numa ligação objectiva entre indicadores de tipo quantitativo e os qualitativos, que evidenciem as dinâmicas sociais existentes no terreno e, ao mesmo tempo vão contribuindo para firmar inter-acções progressivamente mais sólidas, que irão permitir a construção de uma acção coerente e articulada.

Todo o processo é uma aprendizagem contínua e de procura de caminhos facilitadores da actuação sobre as situações mais prementes a exigirem novas respostas.

Sabendo-se a interligação existente entre as várias etapas de trabalho, desde a fase de Diagnóstico, passando pelo Plano de Acção e respectivo Plano de Avaliação, percebemos que o percurso implica novas posturas de comunicação entre as diferentes entidades; no caso concreto da Rede Social de Oeiras essa nova forma de identificar problemas, recursos e potencialidades tem contribuído para um olhar mais

¹ IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social, *Programa Rede Social*, Setembro de 2001.

esclarecido, permitindo também os consensos possíveis sobre os problemas que persistem e, sobre os quais se deverá ter uma intervenção multisectorial, dinâmica e inovadora, no sentido de contribuir para a sua atenuação e/ou prevenção.

O espaço de tempo ocorrido entre a identificação e aprovação das Linhas Orientadoras de Intervenção (a 15 de Novembro de 2004) e a apresentação e aprovação dos Eixos Prioritários de Intervenção² (a 8 de Abril de 2005) permitiu que, as dúvidas que se prendiam com a necessidade de enunciar da forma mais adequada e mais próxima das realidades existentes as diferentes problemáticas, fossem clarificadas, ficando definidas as Orientações Estratégicas que irão nortear a Intervenção Social no Concelho.

Tendo sido solicitado às entidades do CLAS contributos que pudessem vir a ser inscritos em Plano de Desenvolvimento Social, no pressuposto que este processo passa pela necessária consensualização e assenta na forte implicação dos actores locais, foram realizados 3 Workshops que corresponderam às temáticas definidas enquanto Linhas Orientadoras. Assim, e com o apoio da Assessoria do CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social), as entidades locais voltaram a fazer o esforço de concertação, agora numa dimensão prospectiva, para se consensualizarem e priorizarem problemas, objectivos e, se possível estratégias. A assessoria após a apresentação de alguns indicadores quantitativos, despoletou junto dos vários intervenientes a (des)construção dos problemas de acordo com as suas causalidades e efeitos, tendo sido utilizada para tal, o método "Espinha de Peixe"³. Foi um processo (bastante) dinâmico, o que levou em alguns casos, como no Workshop "Família" e, dada a extensão de problemáticas agregadas à Família, verificaram-se algumas dificuldades para a enunciação das estratégias. No Workshop "Educação, Emprego e Formação Profissional", já se tornou possível chegar à identificação de Estratégias.

Após a realização de cada Workshop "devolveram-se" os resultados às entidades que nele participaram, de modo a fazer-se a sua validação e, uma vez mais, foi igualmente solicitado que indicassem acções que estivessem a decorrer ou que estivessem planeadas, por forma a concretizar os objectivos delineados nos 3 Eixos.

² Foi apresentada e aprovada a proposta do NE de agregar as 7 Linhas, em 3.

³ «A partir de um diagrama em "espinha de peixe" é possível aprofundar as causas de um problema colocando-o na "cabeça de peixe" e nas espinhas os factores que podem estar na sua origem.» in IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*, pág. 88.

Foram também efectuadas as reuniões de acompanhamento com as Comissões Sociais de Freguesia, que trabalharam os seus Planos de Acção específicos, que de uma forma transversal foram fundamentais para a construção do Plano de Acção concelhio.

Tornou-se imperioso para a efectivação dessa fase do trabalho um maior esforço dos Núcleos Executivos das Comissões Sociais de Freguesia, dado que para além do compromisso e da co-responsabilização que ficaria inscrito nos Planos de Acção Locais, era preciso deixar bem estabelecidas as acções conjuntas, não podendo fazer-se o somatório dos Planos de Actividades das entidades das CSF, de forma a não enviesar a lógica de integração, complementaridade e articulação que se pretende com a Rede Social.

3. A REDE SOCIAL NO CONCELHO DE OEIRAS - O PERCURSO EVOLUTIVO

A Rede Social foi criada a partir da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro e, deverá ser “encarada enquanto um processo partilhado, consubstanciado num efectivo trabalho de parceria que pretende promover o desenvolvimento social de um determinado território, procura dinamizar formas de planeamento da intervenção social que oriente o trabalho desenvolvido pelas várias entidades que trabalham neste domínio.”⁴

O Município de Oeiras, pela sua experiência e capacidade de trabalho em estruturas de parceria, iniciou este processo em Abril de 2002, no seguimento do convite do ex-IDS (Instituto para o Desenvolvimento Social).

Para ilustrar o percurso da Rede Social de Oeiras, seguem-se os principais momentos deste processo que se quer dinâmico e intemporal:

2002

- ❖ 30 de Abril: Apresentação de candidatura ao Programa Rede Social;
- ❖ 24 de Maio: Acção de sensibilização e divulgação da Rede Social, na qual participaram 27 entidades. Constituição do Grupo Dinamizador para implementação do Programa do qual fizeram parte a CMO, o Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés, a APOIO e a Junta de Freguesia de Porto Salvo.

Neste primeiro ano de implementação do Programa Rede Social no Concelho de Oeiras, formalizaram a sua adesão ao Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Oeiras 50 Entidades.

2003

- ❖ 6 de Maio: I Sessão Plenária do CLAS
 - Constituição do Núcleo Executivo do CLAS, composto por representantes das seguintes entidades:
 - ANJAF – Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos
 - Centro Social e Paroquial de Cristo Rei de Algés
 - CETO – Clube Escola Ténis de Oeiras
 - Fundação da Juventude

⁴ MSSFC/ISS, *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*, Novembro de 2004.

- Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas – Centro Sagrada Família
- Instituto da Segurança Social – Serviço Local de Oeiras
- Junta de Freguesia de Porto Salvo
- A coordenação técnica deste grupo de trabalho é feita por uma técnica da Divisão de Assuntos Sociais (DAS) e conta com o apoio do Gabinete de Desenvolvimento Municipal (GDM) da Câmara Municipal de Oeiras (CMO)
- ❖ Maio: Como previsto na candidatura contratou-se o Centro de Estudos e Investigação Aplicada (CEIA) para realizar a Assessoria Técnica na montagem e desenvolvimento dos procedimentos de construção do Diagnóstico Social de Oeiras;
- ❖ 2 de Outubro: II Sessão Plenária do CLAS
 - Aprovação do Regulamento Interno do CLAS
 - Ratificação do Núcleo Executivo do CLAS
- ❖ 27 de Outubro: A Rede Social de Oeiras passa a contar com a colaboração de uma Técnica Operativa;
- ❖ 3 a 27 de Novembro: Constituição das Comissões Sociais das Freguesias (CSF) de Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo, Carnaxide, Porto Salvo, Barcarena e Algés;
- ❖ 21 de Novembro: Presença no II Encontro Nacional dos Projectos da Rede Social (Aveiro).

Neste segundo ano, a Rede Social de Oeiras soma às 50 Entidades mais 7.

2004

- ❖ 28 de Janeiro a 16 de Março: Constituição das CSF de Paço de Arcos, Caxias, Queijas e Oeiras e S. Julião da Barra;
- ❖ 11 de Março: III Sessão Plenária do CLAS
 - Entrega e Apresentação do Pré-Diagnóstico Social de Oeiras

Entre Abril e Setembro realizaram-se Workshops Temáticos para a primeira definição de problemas prioritários no quadro do Diagnóstico Social.

<u>Workshops</u>	<u>Datas</u>	<u>N.º de Entidades envolvidas</u>
As Comissões Sociais de Freguesia e o Trabalho em Rede	15 de Abril	33
Família/Infância e Juventude	18 de Maio	29
Família/Idosos	25 de Maio	28
Grandes Vulnerabilidades/Grupos em risco social	1 de Junho	29
Educação, Emprego e Formação Profissional	15 de Junho	21
Multiculturalidade e Inclusão	29 de Junho	27

- ❖ 3 de Junho: IV Sessão Plenária
 - Validação do Pré Diagnóstico Social
- ❖ Junho:
 - Sai o número 0 do Boletim da Rede Social de Oeiras, que pretende ser um veículo privilegiado de divulgação de notícias da Rede
 - Mostra Social inserida nas Festas do Concelho
- ❖ 27 de Setembro: Workshop final de Diagnóstico – agregação e cruzamento de problemas com vista à identificação de Linhas Orientadoras de Intervenção;
- ❖ 30 de Setembro: Terminus da candidatura ao Programa da Rede Social (taxa de execução de 91,5%);
- ❖ Setembro: Passou a acompanhar os trabalhos do Núcleo Executivo uma técnica da Divisão de Gestão Social/CMO;
- ❖ 15 de Novembro: V Sessão Plenária do CLAS
 - Aprovação do Diagnóstico Social de Oeiras
- ❖ Novembro: Deixaram de pertencer ao Núcleo Executivo os representantes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos e do Clube Escola Ténis de Oeiras (CETO);
- ❖ Dezembro:
 - Passou a integrar o Núcleo Executivo um representante da ProAtlântico
 - Associação Juvenil
 - Sai o n.º 1 do Boletim da Rede Social de Oeiras, iniciando-se neste n.º a apresentação das entidades que compõem a Rede Social de Oeiras, por data de adesão.

Neste ano, a Rede Social de Oeiras soma às 57 Entidades mais 8.

2005

- ❖ Janeiro:
 - Passou a integrar o Núcleo Executivo uma representante da Cooperativa de S. Pedro – Educação, Reabilitação de Cidadãos com Deficiência
 - Deixou de pertencer ao Núcleo Executivo o representante da ANJAF - Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar
- ❖ Fevereiro: O NE da Rede Social passa a contar com a assessoria técnica do Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) na dinamização de Workshops e no apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e do posterior plano de avaliação do Plano de Acção do PDS.

Para a definição e consensualização das Linhas Prioritárias de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras realizaram-se workshops que permitiram a consensualização quanto aos problemas, objectivos e, em alguns casos, estratégias:

<u>Workshops Temáticos</u>	<u>Datas</u>	<u>Nº de Entidades envolvidas</u>
Família	2 de Março	30
Comportamentos de Risco	17 de Março	34
Educação, Emprego e Formação Profissional	22 de Março	23

- ❖ 8 de Abril: VI Sessão Plenária do CLAS
 - Apresentação dos resultados dos Workshops
 - Aprovação da Proposta Base do Plano de Desenvolvimento Social
 - Discussão e aprovação das alterações ao Regulamento Interno do CLAS
 - Discussão e aprovação da Grelha de Critérios para a Emissão de Pareceres Técnicos
- ❖ Maio: Selecção de três estagiárias profissionais para reforçar o trabalho de apoio ao funcionamento das CSF.

Até Junho de 2005, aderiram ao CLAS de Oeiras mais 5 entidades totalizando 70⁵.

De Maio de 2003 a Junho de 2005 realizaram-se 45 reuniões ordinárias do Núcleo Executivo da Rede Social de Oeiras e, outras reuniões de carácter extraordinário de operacionalização do Programa, destacando-se as reuniões de divulgação de diversos Programas e Medidas, nomeadamente a preparação da candidatura ao PROGRIDE

⁵ Ver listagem das Entidades do CLAS em anexo.

Medida 1, reuniões de acompanhamento com equipas de assessoria, reuniões de preparação de Sessões Plenárias e reunião de emissão de pareceres para os projectos do Programa Ser Criança.

4. O CONCELHO DE OEIRAS

4.1 - Síntese diagnóstica actualizada

O Concelho de Oeiras, situado entre os Concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Cascais e confinando com o estuário do Tejo, a Sul, é um dos 19 Concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, detendo 1,5% da superfície e 6% da população metropolitana.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Em 2001, segundo os dados do INE, a população totalizava 162.128 habitantes, com uma densidade de 3.536,8 Hab./Km², resultante de um crescimento de 7,1% entre 1991 e 2001.

Evolução da População

Quadro 1 - População Residente no Concelho de Oeiras segundo Grupos Etários (1991-2001)

Grupos Etários	0 - 14		15 - 24		25 - 64		65 ou mais		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	27.728	18.3	24.932	16.5	82.855	54.7	15.827	10.5	151.342
2001	22.685	14,0	22.312	13,8	92.978	57,3	24.153	14,9	162.128
Variação	-5.043	-18.2	-2.620	-10.5	+10.123	+12.2	+8.326	+52,6	10.786

Fonte: INE, Recenseamentos Populacionais

Dados a realçar:

- ❖ Aumento do índice de envelhecimento (106.5 em 2001);
 - 14% da população com menos de 15 anos, e 15 % com mais de 65 ou mais anos;
 - Os adultos com mais de 25 anos totalizam 57% e os adultos com menos de 25 anos totalizam 14%;

Quadro 2 - Evolução dos Grupos Etários (+ de 75 anos) entre 1981 -2001

Grupos Etários	1981		1991		2001	
	N	%	N	%	N	%
75-79 anos	1895	1,27	3041	2,01	4806	2,96
80-84 anos	974	0,65	1847	1,22	2610	1,61
85 e + anos	549	0,37	1039	0,69	2216	1,37

Fonte: INE, Recenseamentos Populacionais

Quadro 3 – Índice de Envelhecimento

2001	Oeiras	Grande Lisboa	Portugal
Índice de Envelhecimento	106.47	102.23	102.23

Fonte: INE, Censos 2001

- ❖ Aumento das situações de solidão e de isolamento social:
 - 3.818 Mulheres e 972 Homens, com mais de 65 anos, vivem sozinhas (os);
 - Acréscimo de viúvos (as) que se cifra em +22,6% (entre 1991 e 2001), em particular no universo feminino (23.0%);
- ❖ Surgimento de novas formas de família - 21,55% são famílias monoparentais, quando a média nacional é de 17,30% ;
- ❖ Aumento significativo de separações e divórcios + 35,8% (entre 1991 e 2001) e, conseqüentemente observa-se uma taxa de divórcios de 2.3‰ (2001);
- ❖ Nuclearização da família - apesar do predomínio das famílias com 3 ou + pessoas, regista-se um acréscimo das famílias com menor dimensão (com 1 pessoa + 68,6%; com 2 pessoas + 44,5%).

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Oeiras constituiu-se, nos anos 80 e 90 do século passado, como pólo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa onde, em 2001 e, segundo o último Censo, viviam 162.128 habitantes, a maior parte dos quais também aí trabalhando, predominantemente em actividades terciárias de forte dominante tecnológica.

No final do século XX, Oeiras já ocupava a primeira posição económica na Área Metropolitana, depois de Lisboa, significando essa posição cerca de 90.000 empregos, 7.000 empresas, 70% das quais do sector terciário.

Este quadro económico é o resultado de uma estratégia de desenvolvimento municipal em que a principal aposta se refere à mudança de orientações para o sector económico, no sentido da terciarização qualificada, com especial incidência

nas actividades ligadas à Ciência e Tecnologia (C&T) e às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A organização do território do Concelho passa também a reflectir o sentido das novas orientações de desenvolvimento. Assim, a maior parte do novo universo empresarial passa a estar organizado em Espaços Empresariais onde se evidenciam o Taguspark, como Parque Científico e Tecnológico, e os Business Park como a Quinta da Fonte e Lagoas Park, com forte especialização no sector das TIC. No conjunto, estes Espaços representam cerca de 15.000 empregos.

Estes Parques Tecnológicos vieram complementar, de forma carismática, as tipologias de Espaços Empresariais mais tradicionais como Carnaxide cujo perfil industrial se tem, entretanto, terciarizado, ou como o Arquiparque/Miraflores, onde a primeira especialização em TIC se tem esbatido em funções de serviços diversificados. No conjunto estes Espaços disponibilizam cerca de 25.000 empregos.

No que se refere às empresas de Investigação e Desenvolvimento (I&D), em 1999 o seu número estimava-se em cerca de 400 unidades, das quais 75% correspondiam a empresas C&T, ligadas principalmente à inovação e à nova economia, atingindo, no total, cerca de 5.000 postos de trabalho incluindo os investigadores ligados ao meio universitário do Concelho. O Complexo Investigacional da Quinta do Marquês, mais conhecido como Estação Agronómica, é um exemplo de referência como espaço de I&D, principalmente no domínio da Biotecnologia.

No domínio das Grandes Empresas Portuguesas, ainda que só 4% das empresas do Concelho estejam incluídas nesta "classe", o seu peso, quanto ao emprego gerado e volume de negócios, é maioritário no universo empresarial do Concelho (70%).

Assim, considerando a importância das Grandes Empresas, a base tecnológica que caracteriza a maior parte das unidades instaladas nos Espaços Empresariais, o peso institucional, a oferta crescente na cultura e no desporto/lazer, a transformação crescente das estruturas tradicionais e a qualificação dos equipamentos, pode-se afirmar que os traços definidores de Oeiras de hoje, explicitam uma trajectória de aproximação ao paradigma de Meio Inovador.

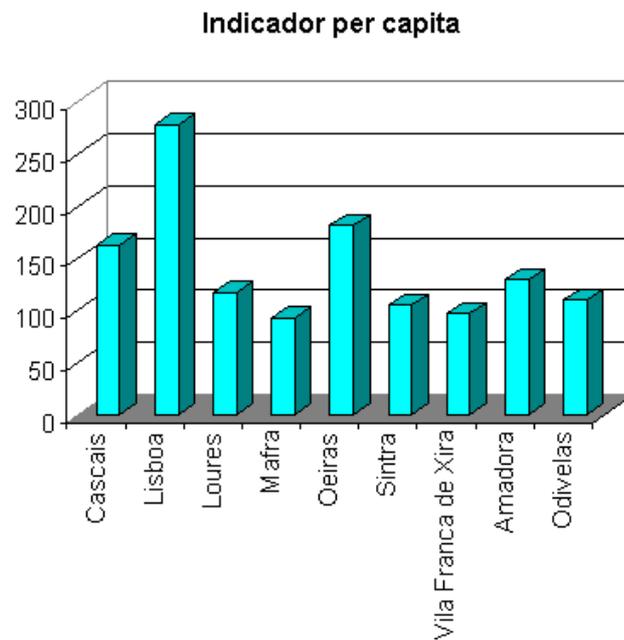
Poder de Compra

Quadro 4 - Poder de Compra nos Concelhos da Grande Lisboa em 2004

Concelhos	Indicador per capita
Cascais	162,29
Lisboa	277,93
Loures	116,65
Mafra	92,02
Oeiras	180,97
Sintra	104,51
Vila Franca de Xira	96,29
Amadora	129,09
Odivelas	109,43

Fonte: INE

Gráfico 1 – Poder de Compra



Ninhos de Empresas

Estruturas de acolhimento e/ou de facilitação de novas iniciativas empresariais quer na criação, quer nas primeiras fases de vida. Distinguem-se dois tipos para:

- ❖ Actividades intensivas em conhecimento e tecnologia: **Taguspark, IBET e Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ)**;
- ❖ Actividades mais viradas para o mercado interno, onde se referenciam 2 parcerias entre vários actores ligados ao território e à economia: **Ninho de Empresas da Quinta de Santa Marta**, focada no Empreendedorismo jovem e gerida pela Fundação da Juventude; **Ninho de Empresas da Quinta do Salles**, orientada para o suporte à criação de auto-emprego e de novas Empresas, gerido pela Fundação Marquês de Pombal, destinada a munícipes com dificuldades económicas.

Estrutura de Incubação do Taguspark

A estrutura de incubação do Taguspark pertence ao grupo das 3 ou 4 incubadoras de referência nacionais, com uma taxa de ocupação elevada e existindo neste momento 129 projectos empresariais no conjunto das suas 4 fases de incubação.

Bio-incubadora do IBET

É de longe a maior incubadora de empresas de biotecnologia em Portugal, neste momento com 7 projectos de empresa. Recorre ao Taguspark em relação a competências mais típicas da gestão de negócio e empresarial bem como no desenvolvimento do processo de maturação das empresas.

Estrutura de Apoio a Novos Projectos Empresariais do ISQ

O ISQ mantém nas suas instalações, no período mais vulnerável e dependente das primeiras fases de vida, projectos empresariais nascentes, em geral *spin-off*, ligados à sua actividade, usando também as competências do Taguspark.

Ninho de Empresas da Quinta de Santa Marta/Fundação da Juventude

Para novas empresas, com prioridade para jovens empresários partindo de uma selectividade mínima avaliação da viabilidade do negócio e sua sustentabilidade no mercado. As empresas residentes beneficiam de preços favoráveis de instalação, dispondo também de vários serviços e infra-estruturas de apoio. A taxa de ocupação deste espaço é em geral alta. Até à data, a Fundação da Juventude através deste Ninho de Empresas já instalou cerca de 116 Empresas, bem como esclareceu e apoiou cerca de 2.000 jovens. Neste momento tem 13 empresas.

Ninho de Empresas da Quinta do Salles

Muito semelhante ao caso anterior, esta estrutura reúne 53 espaços para instalação, tendo contudo um enfoque mais social. Do mesmo modo as empresas são avaliadas na admissão e dispõe de alguns serviços de suporte, procurando a gestão ter em conta casos de dificuldades económicas concretas. Com um leque de actividades interessante e amplo, este projecto de parceria, tem vindo a ampliar-se, tendo neste momento cerca de 45 empresas que representam 60 novos postos de trabalho.

Desemprego

Segundo o Estudo de "Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras"⁶, a taxa de desemprego ronda os 7%. Mais de 80% desse universo são desempregados e apenas 16% está à procura do primeiro emprego.

- ❖ A condição de desempregado aparece sobretudo associada a inquiridos com mais de 35 anos e com níveis de instrução mais baixos, ao nível do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico;
- ❖ A procura do 1.º emprego surge estatisticamente associada aos jovens de 16 a 24 anos e com habilitações a nível da Licenciatura;
- ❖ Cerca de 60% dos desempregados do Concelho de Oeiras não recorre ao Centro de Emprego por considerar que é quase impossível que este arranje uma solução;
- ❖ Algés e Carnaxide são as Freguesias onde há um maior número de jovens à procura do primeiro emprego e simultaneamente são as freguesias onde os desempregados têm níveis de instrução mais elevados;
- ❖ Barcarena e Porto Salvo são as Freguesias que têm mais desempregados, sobressaindo os inquiridos com o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

⁶ SOCINOVA/UNL (2005), "Estudo para a Construção de um Observatório Local de Emprego - Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras". Neste estudo foram aplicados inquéritos no período de Julho de 2004 a Janeiro de 2005.

ACCÇÃO SOCIAL

Crianças e Jovens em Risco⁷

- ❖ N.º de sinalizações de crianças e jovens em risco em **2004: 209** dos quais foram instaurados **179** processos. Estiveram ainda em acompanhamento os processos transitados do ano anterior (num total de 273), sendo o volume processual em 2004 de 452 processos⁸, abrangendo 489 crianças e jovens;
- ❖ Analisando o volume processual global entre os períodos 1995-2000 (591 processos instaurados) e 2001-2004 (640 processos instaurados) verifica-se uma tendência para um aumento de novos casos, bem como para um aumento de processos em acompanhamento;
- ❖ Quanto aos motivos de intervenção dos processos instaurados em 2004 verifica-se que a problemática principal relaciona-se com situações de negligência (27,3%), de absentismo escolar e de abandono escolar (22,3%), e de maus-tratos físicos e psicológicos (18,4%);
- ❖ Saliente-se que foi na Freguesia de Carnaxide que residiam a maioria das crianças e jovens sinalizadas (20%), seguindo-se as Freguesias de Oeiras e Porto Salvo (19%);
- ❖ As medidas de promoção e protecção mais aplicadas foram as de "Apoio junto dos pais" (44), "Acolhimento em Instituição" (16) e "Acolhimento junto de outro familiar" (13).

População beneficiária de pensões

Atendendo aos dados mais actualizados, verifica-se que 18,5% da população do Concelho é beneficiária de pensões, sendo que a maioria, 64,16%, diz respeito a Pensões de Velhice.

⁷ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (2005), "Relatório de Avaliação da Actividade da CPCJ de Oeiras no ano de 2004".

⁸ Atente-se que o n.º de processos não corresponde necessariamente ao n.º de crianças e jovens em acompanhamento, sendo que um único processo pode pressupor o acompanhamento da família.

Quadro 5 - Distribuição dos Pensionistas em 2002 e 2003

	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Oeiras	3477	3518	17855	19302	6742	7261	28074	30081
	12.39%	11.69%	63.60%	64.16%	24.02%	24.13%	100%	100%
Grande Lisboa	62328	63726	266309	294433	105336	116241	433973	474.400
	14.36%	13.43%	61.37%	62.06%	24.27%	24.50%	100%	100%

Fonte: INE, 2002 e 2003.

Quadro 6 - Distribuição das Pensões pagas em 2002 e 2003

	Invalidez		Velhice		Sobrevivência		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Oeiras	15125	16457	98547	113656	17717	19778	131389	149890
	11.51%	10.97%	75%	75.82%	13.48%	13.19%	100%	100%
Grande Lisboa	232352	246452	1292971	1.494.175	253111	284.441	1.778.834	2.025.068
	13.06%	12.31%	72.70%	73.78%	14.23%	14.04%	100%	100%

Fonte: INE, 2002 e 2003.

População Portadora de Deficiência/Saúde Mental

- ❖ Total de habitantes portadores de deficiência (INE, 2001): 10.309, sendo que 5.178 são homens e 5.131 são mulheres. Este valor representa 6.4% da população total do Concelho de Oeiras;
- ❖ Existem no Concelho 5 Entidades de apoio a pessoas com deficiência: Cooperativa de S. Pedro - Educação e Reabilitação de Cidadãos com Deficiência, Centro Nuno Belmar da Costa - Núcleo Regional Sul da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Unidade Local de Queijas da LPDM (Liga Portuguesa de Deficientes Motores), Associação "A Casa de Betânia" e Associação de Surdos da Linha de Cascais;
- ❖ Existem no Concelho 2 estruturas de intervenção na área da Saúde Mental: ARIA - Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda e Oeiras, Fórum Sócio-Ocupacional (Unidade de Dia da Equipa Comunitária de Oeiras - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital São Francisco Xavier).

EDUCAÇÃO

No Concelho de Oeiras existem 126 Escolas, entre o nível Jardim-de-Infância e o Secundário, sendo 56 Públicas, 42 Privadas e 28 Instituições Particulares de

Solidariedade Social (IPSS). Nestas Escolas funcionam 155 valências correspondentes a níveis de ensino diferenciados⁹.

- ❖ No ano lectivo 2003/2004 as Escolas do Concelho de Oeiras eram frequentadas por 22.077 alunos, 79% dos quais em Escolas Públicas;
- ❖ A Freguesia de Oeiras detinha o maior número de alunos, 6.000, ou seja 27% do total;
- ❖ A Freguesia que tem menos alunos é a Cruz Quebrada/Dafundo, 823, ou seja, 4% do total;
- ❖ No Concelho verifica-se uma frequência média de 175 alunos/Escola;
- ❖ A Cooperativa de S. Pedro integra nas suas valências uma Escola de Ensino Especial.

Quadro 7 - Alunos e População residente

Freguesias	População Residente (2001)	População Residente com idade < 20 anos		Alunos/1000 Habitantes	Alunos/1000 Habitantes idade < 20 anos
		Total	%		
Algés	19.542	3.180	16	97	597
Barcarena	11.847	2.557	22	107	493
Carnaxide	21.354	5.034	24	162	686
Caxias	7.720	1.805	23	115	491
Cruz Quebrada	6.591	1.064	16	125	773
Linda-a-Velha	21.952	3.978	18	106	584
Oeiras e S. Julião da Barra	34.851	6.491	19	172	1.081
Paço de Arcos	15.776	3.145	20	167	839
Porto Salvo	13.724	3.449	25	101	403
Queijas	8.771	1.480	17	160	945
Total	16.2128	32.183	20	136	686

Fonte: INE/DREL/GDM (CMO), 2004

Na relação população em idade escolar/população residente e população de alunos/população residente, surgem aspectos significativos quanto à representatividade dos alunos na população residente e na população residente em idade escolar, de acordo com o estatuto etário dessa mesma população. Em relação a este aspecto verifica-se que a população com menos de 20 anos, no Concelho de Oeiras, representa 20% da população total; acima desta média, portanto mais jovens, estão as Freguesias de Porto Salvo, Carnaxide, Caxias e Barcarena; abaixo desta média, portanto mais velhas, estão as Freguesias de Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, Queijas, Linda-a-Velha e Oeiras e S. Julião da Barra. Paço de Arcos apresenta a mesma média do Concelho.

⁹ CMO (2004), *Carta Educativa do Concelho de Oeiras*.

No que se refere à relação alunos/população residente, verifica-se que, em média, existem no concelho 136 alunos/1.000 habitantes: significativamente acima desta média estão as freguesias de Oeiras, Paço de Arcos, Carnaxide e Queijas, sendo Carnaxide a única "mais nova"; significativamente abaixo desta média, estão Algés, Porto Salvo, Linda-a-Velha e Barcarena. Neste grupo estão freguesias mais jovens como Porto Salvo e Barcarena e mais velhas como Algés e Linda-a-Velha.

Na relação população de alunos/população em idade escolar, existem no concelho 686 alunos/1.000 habitantes com menos de 20 anos: significativamente acima desta média estão as freguesias de Oeiras, Queijas, Paço de Arcos e Cruz Quebrada/Dafundo; significativamente abaixo desta média estão as freguesias de Porto Salvo, Caxias, Barcarena, Algés e Linda-a-Velha.

Desta análise sobressaem as seguintes situações:

- ❖ Algés, Porto Salvo, Linda-a-Velha e Barcarena são Freguesias, simultaneamente, com menor número de alunos tanto por 1.000 habitantes como por 1.000 habitantes com menos de 20 anos; de salientar que, nos casos de Porto Salvo e Barcarena, é evidente uma relação deficitária entre a população e a Escola, uma vez que são freguesias com população mais jovem;
- ❖ Oeiras, Paço de Arcos e Queijas, Freguesias "mais velhas", têm simultaneamente a melhor relação alunos/habitantes e alunos/habitantes com menos de 20 anos, ou seja, a melhor relação com a Escola, pesando, no caso de Oeiras, o facto de se tratar da Sede do concelho com mais elevada atratividade e acessibilidade.

Ensino Recorrente

Têm acesso a esta modalidade de ensino todos os indivíduos, a nível do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) a partir dos 15 anos e, a partir dos 18 anos, a nível do Ensino Secundário. É a equipa de professores da Organização Local de Educação e Formação de Adultos (OLEFA) de Oeiras que coordena e apoia o desenvolvimento e o acompanhamento de cursos do 1.º 2.º Ciclos e também de Educação Extra-Escolar.

Quadro 8 – Dados síntese relativos ao Ensino Recorrente no concelho de Oeiras

1.º Ciclo	
Ano Lectivo 2003/2004	
N.º de Formandos	Formandos Certificados
180	12
2.º Ciclo	
Ano Lectivo 2003/2004	
N.º de Formandos	Formandos Certificados
108	46
Educação Extra-Escolar	
N.º de Formandos	Formandos Certificados
597	127

Fonte: OLEFA de Oeiras, 2004.

Entre os constrangimentos patentes nesta oferta formativa, destacam-se:

- ❖ Ao nível do 1.º Ciclo: as características do público a que se destina uma vez que uma grande maioria são idosos, outros dependentes do Apoio Social ou do Rendimento Social de Inserção (RSI), com dificuldades económicas e de organização familiar, pouca mobilidade, problemas de saúde. Daqui decorrem problemas de assiduidade. Por sua vez do lado dos professores existe uma reduzida oferta de formação no âmbito da Educação de Adultos e os professores são colocados em regime de acumulação;
- ❖ Ao nível do 2.º Ciclo: no caso dos cursos diurnos dirigidos preferencialmente a jovens a partir dos quinze anos, que abandonam o sistema de ensino formal e, que revelam já alguns comportamentos de risco o que dificulta o processo de ensino/aprendizagem;
- ❖ Ao nível da Educação Extra-Escolar: as características dos grupos referidas anteriormente. O número de horas assistidas em alguns cursos não é suficiente para a certificação.

Habilitações Literárias

Segundo a análise das habilitações literárias nos Concelhos com Estabelecimentos Públicos de Ensino Universitário, a partir dos dados dos Censos 2001, verifica-se que:

- ❖ Oeiras detém a maior percentagem de população licenciada dos referidos Concelhos, 26,4%, seguida pelos Concelhos de Lisboa, Coimbra e Porto, com 23,7%, 20,2% e 20,1% respectivamente;
- ❖ Oeiras apresenta a menor percentagem de população sem nenhum nível de ensino: 4,7%;

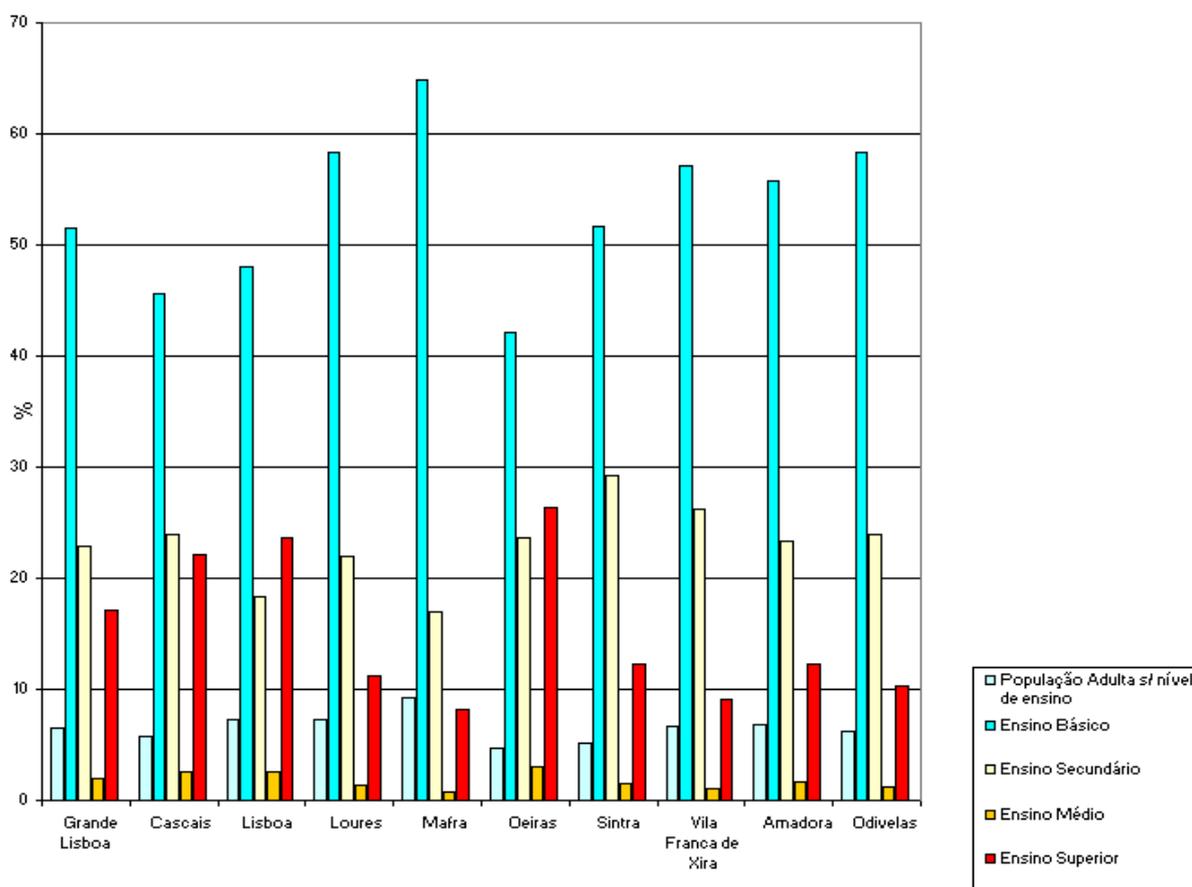
- ❖ Oeiras tem a menor percentagem de população com Ensino Básico: 42,2%, e, simultaneamente, a segunda maior percentagem de população com Ensino Secundário, 23,7%.

Quadro 9 - Níveis de Qualificação Académica da População Adulta na Grande Lisboa

Zona Geográfica	População Base	População Adulta sem nível de ensino		Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grande Lisboa	1.458.520	94.083	6	751.216	52	333.921	23	29.117	2	250.183	17
Cascais	126.822	7.356	6	57.862	46	30.301	24	3.254	3	28.049	22
Lisboa	437.606	31.616	7	210.416	48	80.332	18	11.588	3	103.654	24
Loures	147.325	10.636	7	85.932	58	32.320	22	1.908	1	16.529	11
Mafra	41.777	3.847	9	27.084	65	7.101	17	343	1	3.402	8
Oeiras	119.635	5.653	5	50.464	42	28.366	24	3.592	3	31.560	26
Sintra	263.934	13.707	5	136.413	52	77.282	29	4.095	2	32.437	12
Vila Franca de Xira	90.602	5.992	7	51.694	57	23.737	26	970	1	8.209	9
Amadora	131.563	9.041	7	73.451	56	30.765	23	2.151	2	16.155	12
Odivelas	99256	6.235	6	57.900	58	23.717	24	1.216	1	10.188	10

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Gráfico 2 - Níveis de Ensino da População na Grande Lisboa



Qualificação Profissional

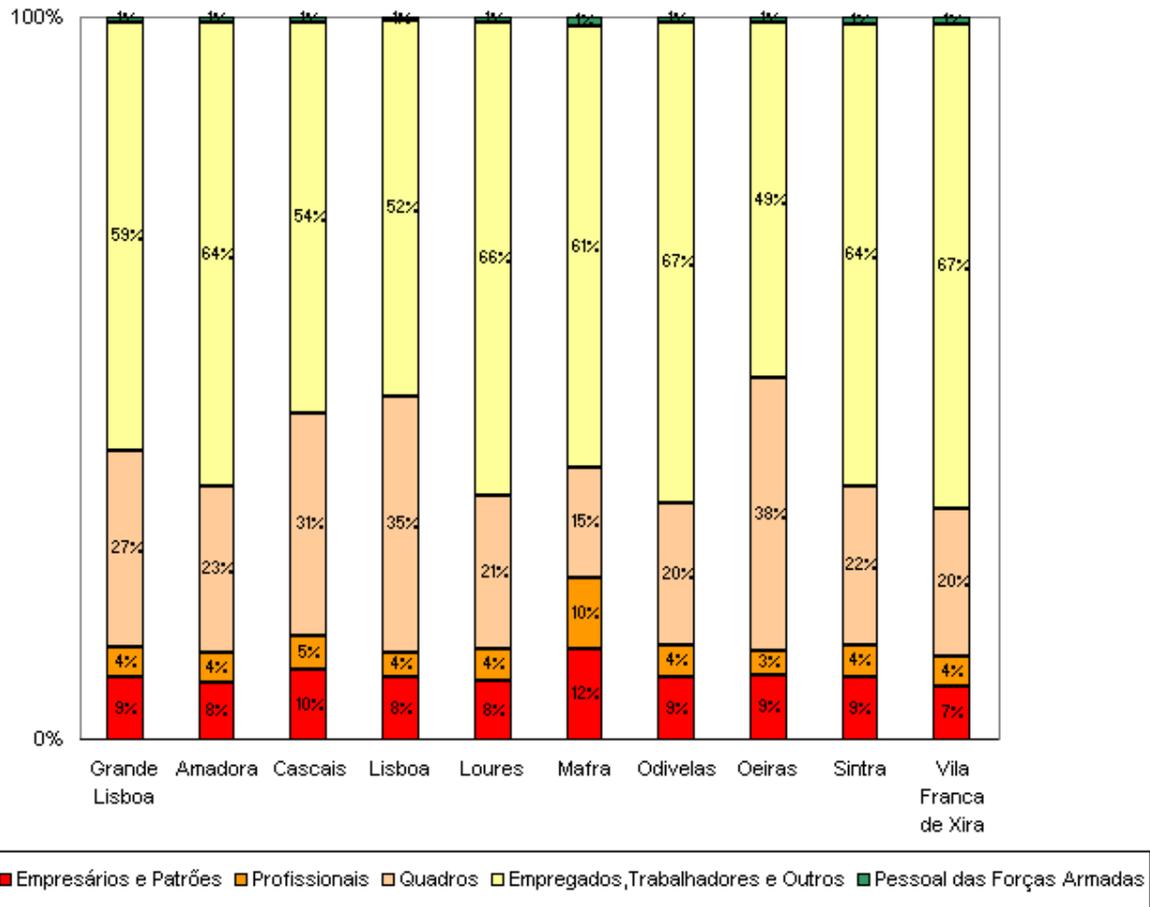
Decorrente das opções de desenvolvimento que tornaram Oeiras um pólo terciário de nível superior, este Concelho apresenta uma qualificação profissional característica de centros de decisão de nível hierárquico mais elevado, como é o caso de Lisboa.

Quadro 10 – Grupos Sócio-Económicos da População da Grande Lisboa

	GRUPOS SOCIO-ECONÓMICOS														Populaçã o Resident e
	Empresários e Patrões		Professionai s		Quadros		Empregados, Trabalhadores e outros		Pessoal das Forças Armadas		População Activa		Inactivos		
Grande Lisboa	87.701	9%	42.479	4%	278.984	27%	606.360	59%	8.065	1 %	1.023.589	53 %	923.672	47%	1.947.261
Amadora	7.375	8%	3.715	4%	21.790	23%	60.344	64%	775	1 %	93.999	53 %	81.873	47%	175.872
Cascais	8.782	10%	4.094	5%	27.928	31%	49.165	54%	611	1 %	90.580	53 %	80.103	47%	170.683
Lisboa	23.033	8%	9.553	4%	95.990	35%	141.333	52%	1.519	1 %	271.428	48 %	293.229	52%	564.657
Loures	8.548	8%	4.646	4%	22.474	21%	69.874	66%	714	1 %	106.256	53 %	92.803	47%	199.059
Maфра	3.437	12%	2.770	10%	4.230	15%	17.110	61%	326	1 %	27.873	51 %	26.485	49%	54.358
Odivelas	6.343	9%	3.214	4%	14.689	20%	49.531	67%	523	1 %	74.300	56 %	59.546	44%	133.846
Oeiras	7.656	9%	2.969	3%	32.958	38%	42.906	49%	678	1 %	87.167	54 %	74.961	46%	162.128
Sintra	17.615	9%	8.853	4%	45.246	22%	131.245	64%	2.142	1 %	205.101	56 %	158.648	44%	363.749
Vila Franca de Xira	4.911	7%	2.665	4%	13.679	20%	44.852	67%	777	1 %	66.884	54 %	56.024	46%	122.908

Fonte: INE,
2001

Estrutura dos Grupos Sócio-Económicos da População Activa nos Concelhos da Grande Lisboa em 2001



Carta das Competências Profissionais do Concelho de Oeiras¹⁰

Organizações do Concelho de Oeiras

No que se refere à dimensão das organizações do Concelho, verifica-se que prevalecem as Micro-Empresas (84%), seguidas das Pequenas Empresas (12%), Médias (3%) e Grandes Empresas (1%).

Em termos de grupos de actividade, verifica-se a predominância do sector dos Serviços (41,8%), seguido do Comércio (35,7%) e da Indústria (17,3%), tendo os restantes sectores menor representatividade.

¹⁰ CMO e Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos (Fevereiro de 2005), *Carta de Competências Profissionais do Concelho de Oeiras*.

Os trabalhadores e os residentes

Habilitações Literárias

O Concelho de Oeiras é caracterizado por ser uma região privilegiada em matéria de níveis de educação detidos pelos munícipes. A detenção do grau de licenciatura representa 38,8% da população objecto do estudo, sendo 24,7% a percentagem correspondente aos indivíduos com Ensino Secundário.

Exercício da actividade profissional

A população residente no Concelho de Oeiras trabalha, sobretudo no sector dos Serviços (51,5%) e no sector do Comércio (20,3%). Com alguma expressividade surge o sector da Indústria (11%), e do Ensino (9,9%) e, em menor grau, o sector da Agricultura (0,3%).

Centrando a atenção nos sectores de actividade daqueles que trabalham no Concelho, constata-se que os sectores dos Serviços (47,9%), Comércio (27,5%) e Indústria (18,3%) são os que empregam mais trabalhadores, tal como acontece no grupo dos residentes.

No entanto, verifica-se que existem neste grupo mais pessoas a trabalhar no sector da Saúde (4,7%) do que no Ensino (1,5%). O sector da Agricultura representa apenas 0,2%.

Dimensão das instituições empregadoras

Analisando a dimensão das instituições onde os residentes trabalham, verifica-se que a maioria trabalha em micro empresas (37,0%), seguidas de pequenas empresas (23,8%), grandes empresas (20,4%) e, em menor percentagem, em médias empresas (18,8%).

No grupo dos trabalhadores que exercem a sua actividade no Concelho verifica-se uma distribuição bastante diferente daquela observada no grupo dos residentes no que se refere à dimensão das organizações de trabalho. Deste modo, predominam neste grupo, os trabalhadores de grandes empresas (31,2%), seguido das micro empresas (26,1%), das médias empresas (22,5%) e, por último, as pequenas empresas (20,3%).

Este Estudo aponta um conjunto de competências necessárias por parte das Empresas:

- ❖ Tecnologias informacionais e comunicacionais (51,6%);

- ❖ Orientação para o cliente (28,0%);
- ❖ Liderança (3,2%).

Assim como assinala as principais áreas de conhecimento necessárias a curto prazo (Empresas):

- ❖ Gestão e administração (20,5%);
- ❖ Comércio (12,7%);
- ❖ Finanças, banca e seguros (7,8%).

HABITAÇÃO

Em 2001, residiam no Concelho de Oeiras 61.717 famílias e existiam 75.121 alojamentos familiares repartidos por 16.052 edifícios.

Quadro 11 – Indicadores de Síntese, 2001

	Oeiras	Lisboa	G Lisboa	Portugal
Edifícios/ Km ²	350,2	4707,9	186,6	34,2
Nº médio de alojamentos por edifício	4,68	3,25	3,68	1,59
Nº médio de famílias por edifício	3,8	2,55	3,0	1,2
Nº médio de habitantes por alojamento	2,1	2,1	2,0	2,0
Nº médio de habitantes por edifício	10,10	6,75	7,80	3,28
m ² de área verde urbana/habitante	21	ND	ND	ND

Fonte: INE, Censos 2001/ CMO
ND – Não disponível

Programa Especial de Realojamento (PER)

- ❖ Desde o início do PER (1993) até 2004 foram disponibilizados 4.717 alojamentos para o regime de "Habitação Social". Este valor reparte-se em 2.713 alojamentos de habitação social e, 2004 em regime de contrato de desenvolvimento de habitação;
- ❖ Segundo dados do Recenseamento do PER 49% dos abrangidos por este Programa têm como naturalidade Portugal e 39,1% Cabo Verde;

Quadro 12 – Naturalidade da população residente nos Programas de Realojamento

Naturalidade	%
Portugal	49,0
Angola	3,4
Cabo Verde	39,1
Guiné Bissau	1,9
Moçambique	1,6
São Tomé e Príncipe	2,1
Outros	2,9
Total	100

Fonte: CMO/Departamento de Habitação, 2005

Em termos de estrutura etária 22,4% tem entre 15-24 anos e, 13,4% trata-se de população com mais de 65 anos.

Quadro 13 – Grupos Etários da população residente nos Programas de Realojamento

Grupos Etários								Total
0 -14		15 - 24		25 - 64		65 ou mais		
N	%	N	%	N	%	N	%	
504	4.2	2670	22.4	7136	60	1600	13.4	11.910

Fonte: CMO, D. Habitação, 2005

- ❖ Em termos de freguesia verifica-se que, a Freguesia de Carnaxide apresenta-se como aquela que tem sido objecto de mais intervenções de Programas de Habitação Social, com mais de 40% dos alojamentos construídos neste regime. No pólo oposto temos Linda-a-Velha (2%) e Barcarena (3%) como as que foram alvo de intervenções mais limitadas. Por sua vez Algés, Cruz Quebrada e Queijas são as três Freguesias do Concelho que não possuem construção edificada neste regime.

Mercado de Habitação

Segundo um estudo feito em 2004/2005, no âmbito de um estágio curricular, sobre o mercado de habitação nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra e Amadora (nestes três últimos só nas freguesias contíguas a Oeiras), no sentido de comparar a atractividade (em termos de preços) destes concelhos no mercado de habitação (nova e em segunda mão), evidenciaram-se algumas conclusões já conhecidas em termos empíricos:

- 1 – em todas as tipologias, do T0 ao T5, o Concelho de Oeiras é o mais caro dos 4;

2 – nas tipologias mais procuradas, T2 e T3, a diferença no primeiro caso excede os €50.000 entre Oeiras e Sintra, e, no segundo caso, excede os €60.000, entre os mesmos concelhos, sendo o de Oeiras o mais elevado.

Estas diferenças acentuadas, para além de outras conclusões que excedem o âmbito social, permitem alertar para acrescidas dificuldades relativamente às famílias com rendimentos mais baixos, situação que pode vir a provocar, para além de forte mobilidade residencial de Oeiras para os concelhos vizinhos (ou outros), como já se verifica, uma crescente necessidade de apoio da autarquia, face a famílias provavelmente insolventes num mercado de habitação cada vez mais selectivo.

SAÚDE

- O **número de médicos (residentes)** relativo ao total de habitantes, no concelho, era de **8,2/mil hab.**, em 2002, enquanto que, em **Portugal** era de **3,2/mil hab.**, e na Grande **Lisboa 6,0/mil hab.** (segundo o INE, 2003).
- O **número médio de camas** em instalações hospitalares relativo aos habitantes era de **2,2/mil hab.** no concelho, em 2001, tendo-se atingido em Portugal, 4,2/mil hab., na mesma **data**.
- A **taxa de mortalidade** no concelho tem-se apresentado relativamente estabilizada, sendo de **8,6‰** em 2001 (no mesmo ano, em Portugal, era de 10,2‰; na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 10,2‰, e na Grande Lisboa, 9,7‰).
- A **taxa de mortalidade infantil** no concelho, em 2001, era de **2,1‰** (em Portugal era de 5,0‰, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 4,3‰ e na Grande Lisboa 4,4‰).
- A **esperança média de vida** no concelho era de **71 anos** no período 1996/98 (a mesma na Grande Lisboa, sendo em Portugal e na Grande Lisboa, no mesmo período, de 72 anos).
- As **doenças respiratórias** eram as mais frequentes em Oeiras tal como em Portugal em 2001, seguidas das **doenças de infância**, cuja incidência baixou notoriamente com as campanhas de vacinação integradas no *Plano Nacional de Vacinação* lançado em 1987.

Quadro 14 – Indicadores de Saúde

	Oeiras	Grande Lisboa	Portugal
Taxa Média de Mortalidade Infantil (1998/2002)	3,8	5,2	5,4
Esperança de Vida (1996/98)	71	72	72
Nº de médicos por 1.000 habitantes (2002)	8,2	6,0	3,2
Pessoal de Enfermagem por 1000 hab. (2001)	2,7	5,0	3,9
Consultas por habitante (2001)	2,8	4,1	3,6
Nº de farmácias por 10.000 habitantes (2002)	2,1	2,9	2,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003

Na rede concelhia de **Centros de Saúde**, que disponibiliza cuidados de saúde primários, persistem ainda algumas insuficiências e desadequações, a futura Extensão de Saúde em Paço de Arcos, já em construção, e a do Dafundo vão decerto alterar este quadro deficitário em termos de equipamentos.

Relativamente aos estabelecimentos farmacêuticos encontra-se praticamente cumprido o **Programa FARMA 2001** que previa para o Concelho de Oeiras 41 Farmácias, uma vez que no momento (Julho 2005) encontram-se 39 em funcionamento e está em processo de concurso a instalação de uma nova farmácia na Freguesia de Porto Salvo.

4.2 - Breve caracterização por freguesia

Atendendo a algumas características diferenciadoras das 10 Freguesias do Concelho apresentamos de seguida quadros com informação síntese:

FREGUESIA DE ALGÉS

- Área da freguesia: 1,92 Km²
- Total da População (2001): 19.542
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): - 6,7%
- Densidade Populacional (2001): 10.051,2 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 8.005
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 3.7
- Total de Edifícios (2001): 1.230
- Total de Alojamentos (2001): 9.973
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 0
- Total de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 72
- Total de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 70
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 2 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 2 Rede Pública + 3 IPSS
 - ATL: 2 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 2
 - Apoio Domiciliário: 3
 - Lar: 1
 - Universidade Sénior: 1
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 2 Público + 1 Privado
 - EB 2+3: 1 Público
 - Secundário: 1 Público
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 0
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 11
- N.º de Entidades Juvenis: 5

FREGUESIA DE BARCARENA

- Área de freguesia: 9 Km²
- Total da População (2001): 11.847
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): 33,2 %
- Densidade Populacional (2001): 1.314,8 hab/Km²
- Total de agregados familiares (2001): 4.234
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 47.5
- Total de Edifícios (2001): 1.776
- Total de Alojamentos (2001): 5.150
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 160
- Total de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 45
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 52
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 2 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 2 Rede Pública + 3 IPSS
 - ATL: 2 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 3
 - Apoio Domiciliário: 2
 - Lar: 1
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 5 Público + 1 Privado
 - EB 2+3: 0
 - Secundário: 0
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 1 Privado
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 8
- N.º de Entidades Juvenis: 3

FREGUESIA DE CARNAXIDE

- Área de freguesia: 6,44 Km²
- Total da População (2001): 21.354
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): 27,5 %
- Densidade Populacional (2001): 3.266, 1 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 7.481
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 42.9
- Total de Edifícios (2001): 1.360
- Total de Alojamentos (2001): 8.987
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 1.897
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 91
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 34
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 4 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 4 Rede Pública + 3 IPSS
 - ATL: 3 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 0
 - Apoio Domiciliário: 3
 - Lar: 1
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 4 Público + 1 Privado
 - EB 2+3: 2 Público
 - Secundário: 1 Público
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 0
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 15
- N.º de Entidades Juvenis: 5

FREGUESIA DE CAXIAS

- Área de freguesia: 3,41 Km²
- Total da População (2001): 7.720
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): -
- Densidade Populacional (2001): 2.270,6 hab/ Km²
- Total de agregados familiares (2001): 2.653
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001:ND (a freguesia foi criada em 3 de Junho de 2002)
- Total de Edifícios (2001): 1.454
- Total de Alojamentos (2001): 3.186
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 512
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 13
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 23
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 3 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 2 IPSS
 - ATL: 0
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 1
 - Centro de Convívio: 0
 - Apoio Domiciliário: 2
 - Lar: 1
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 3 Público + 1 IPSS
 - EB 2+3: 1 Público
 - Secundário: 0
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 0
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 11
- N.º de Entidades Juvenis: 3

FREGUESIA DE CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO

- Área de freguesia: 3,00 Km²
- Total da População (2001): 6.591
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): - 21,2%
- Densidade Populacional (2001): 2.258,7 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 2.891
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: -0.1
- Total de Edifícios (2001): 606
- Total de Alojamentos (2001): 3.379
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 0
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 23
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 13
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 0
 - Jardim-de-Infância: 1 Rede Pública + 1 IPSS
 - ATL: 1 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 1
 - Centro de Convívio: 0
 - Apoio Domiciliário: 1
 - Lar: 0
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 2 Público + 2 Privados
 - EB 2+3: 1 Público + 1 Privado
 - Secundário: 1 Privado
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 1 Público
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 6
- N.º de Entidades Juvenis: 3

FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA

- Área de freguesia: 2,32 Km²
 - Total da População (2001): 21.952
 - Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): - 10,9 %
 - Densidade Populacional (2001): 9.608,3 Hab./Km²
 - Total de agregados familiares (2001): 8449
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 4.7
- Total de Edifícios (2001): 1.509
 - Total de Alojamentos (2001): 9.980
 - Alojamentos de Habitação Social (2003): 98
 - N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 55
 - Nº de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 19
 - N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 1 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 1 Rede Pública + 2 IPSS
 - ATL: 2 IPSS
 - N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 0
 - Apoio Domiciliário: 1
 - Lar: 1
 - N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 3 Público + 1 Privados
 - EB 2+3: 1 Privado
 - Secundário: 2 Público
 - Escola Profissional: 1 IPSS
 - Superior: 0
 - N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 12
 - N.º de Entidades Juvenis: 7

FREGUESIA DE OEIRAS/S. JULIÃO DA BARRA

- Área de freguesia: 6,63 Km²
- Total da População (2001): 34.851
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): 6,4 %
- Densidade Populacional (2001): 5.232,6 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 13.720
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 22.1
- Total de Edifícios (2001): 2.602
- Total de Alojamentos (2001): 17.002
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 478
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 125
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 57
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 2 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 3 Rede Pública + 5 IPSS
 - ATL: 1 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 1
 - Centro de Convívio: 2
 - Apoio Domiciliário: 1
 - Lar: 1
 - Universidade Sénior: 1
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 5 Público + 4 Privados
 - EB 2+3: 2 Público
 - Secundário: 2 Público
 - Escola Profissional: 1 Privado
 - Superior: 0
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 16
- N.º de Entidades Juvenis: 12

FREGUESIA DE PAÇO DE ARCOS

- Área de freguesia: 3,49 Km²
- Total da População (2001): 15.776
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): ND
- Densidade Populacional (2001): 4.640 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 6.489
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 37.6 (Inclui Caxias)
- Total de Edifícios (2001): 1.365
- Total de Alojamentos (2001): 8.609
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 694
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 79
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 64
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 3 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 1 Rede Pública + 3 IPSS
 - ATL: 1 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 1
 - Apoio Domiciliário: 1
 - Lar: 0
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 4 Público + 1 Privado
 - EB 2+3: 1 Público
 - Secundário: 1 Público
 - Escola Profissional: 2 Privado
 - Superior: 1 Privado
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 11
- N.º de Entidades Juvenis: 6

FREGUESIA DE PORTO SALVO

- Área de freguesia: 7,35 Km²
- Total da População (2001): 13.724
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): 30,2%
- Densidade Populacional (2001): 1.863,7 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 4.640
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 37.8
- Total de Edifícios (2001): 2.478
- Total de Alojamentos (2001): 5.774
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 878
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 69
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 78
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 5 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 1 Rede Pública + 4 IPSS
 - ATL: 3 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 1
 - Centro de Convívio: 1
 - Apoio Domiciliário: 2
 - Lar: 0
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 5 Público + 1 Privado
 - EB 2+3: 0
 - Secundário: 1 Público
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 1 Público
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 15
- N.º de Entidades Juvenis: 5

FREGUESIA DE QUEIJAS

- Área de freguesia: 2,27 Km²
- Total da População (2001): 8.771
- Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001): -10,6%
- Densidade Populacional (2001): 3.819,7 Hab./Km²
- Total de agregados familiares (2001): 3.155
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: 0.9
- Total de Edifícios (2001): 1.739
- Total de Alojamentos (2001): 3.664
- Alojamentos de Habitação Social (2003): 0
- N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003): 28
- N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003): 11
- N.º e tipo de respostas destinadas a crianças:
 - Creche: 2 IPSS
 - Jardim-de-Infância: 1 Rede Pública + 3 IPSS
 - ATL: 3 IPSS
- N.º e tipo de respostas destinadas a idosos (IPSS):
 - Centro de Dia: 2
 - Centro de Convívio: 0
 - Apoio Domiciliário: 2
 - Lar: 2
- N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004):
 - EB1: 2 Público + 2 Privado
 - EB 2+3: 1 Público
 - Secundário: 0
 - Escola Profissional: 0
 - Superior: 0
- N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas: 3
- N.º de Entidades Juvenis: 1

Fontes utilizadas

- *Área de freguesia*: Oeiras, Factos e Números
- *Total da População (2001)*: INE, Censos 2001
- *Crescimento Populacional (Variação da população 1991\2001)*: INE, Censos 1991 - 2001
- *Densidade Populacional (2001)*: INE, Censos 2001
- *Total de agregados familiares (2001)*: INE, Censos 2001
- Taxa de variação de Famílias entre 1991 e 2001: INE, Censos 1991, 2001
- *Total de Edifícios (2001)*: INE, Censos 2001
- *Total de Alojamentos (2001)*: INE, Censos 2001
- *N.º de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Cascais (2003)*: Centro de Emprego de Cascais
- *N.º de famílias com apoio económico da Acção Social - Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social (2003)*: Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social
- *N.º e tipo de respostas destinadas a crianças*: Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social
- *N.º e tipo de respostas destinadas a idosos*: Serviço Local de Oeiras do Instituto da Segurança Social
- *N.º de Estabelecimentos Educativos (incluindo Público, IPSS e Privados) (2003/2004)*: Carta Educativa do Concelho de Oeiras
- *N.º de Associações Desportivas, Culturais e Recreativas*: Guia de Recursos Sociais do Concelho de Oeiras e Diagnósticos Sociais das CSF
- *N.º de Entidades Juvenis*: Guia de Recursos Sociais do Concelho de Oeiras e Diagnósticos Sociais das CSF

4.3 Os fenómenos de Exclusão Social e Pobreza

Pretende-se com a construção de um Plano de Desenvolvimento Social a produção de efeitos correctivos ao nível da pobreza, do desemprego e da exclusão social e simultaneamente efeitos preventivos com vista à melhoria das condições de vida das populações.

Num estudo realizado recentemente e divulgado no início do ano de 2005 intitulado "Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental"¹¹, o Concelho de Oeiras surge classificado entre os concelhos considerados como "Territórios ameaçadores e atractivos"¹². Com base num conjunto de indicadores aqueles territórios, num total de 21, são tidos como o "lado mais dinâmico do desenvolvimento do nosso país, designadamente aquele que se reflecte nas condições e modos de vida das populações das grandes metrópoles como Lisboa e Porto e um conjunto de outros territórios que se desenvolveram na sua periferia ou à sua semelhança"¹³ (ver Quadro 15).

Comparativamente aos outros territórios apresentam uma situação favorável ao nível dos indicadores que operacionalizam algumas sub-dimensões da desqualificação social objectiva, particularmente no que toca à **escolarização** (baixa taxa de analfabetismo, de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de saída antecipada do ensino), à **qualificação profissional** (baixo peso dos trabalhadores desqualificados) e à **situação face ao emprego** (baixa taxa de desemprego de longa duração).

A situação é de igual modo favorável ao nível dos indicadores relativos à **dimensão privação** descrita pelo conjunto de indicadores tidos como explicativos: médias elevadas de IRS *per capita*, de índice de Poder Compra e ao nível do Valor médio anual das pensões processado, baixo rácio Pensionistas face à população empregada e peso pouco expressivo de famílias com cinco ou mais elementos.

Efectivamente e para o **Concelho de Oeiras** os indicadores mencionados apresentam valores positivos comparativamente aos de outros Concelhos:

¹¹ ISS, IP (Janeiro de 2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Documento de trabalho realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, I.P com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico.

¹² Este Estudo distingue seis grandes tipos de territórios: Territórios moderadamente inclusivos, Territórios de contrastes e base turística, Territórios ameaçadores e atractivos, Territórios envelhecidos e desertificados, Territórios industriais com forte desqualificação, Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos.

¹³ Idem 11, página 10.

❖ **Escolarização:**

- taxa de analfabetismo de 4,7%, o que é inferior à registada para o total nacional (que ronda os 9%), estando igualmente abaixo dos valores referentes à Grande Lisboa e à Região de Lisboa e Vale do Tejo (5,3% e 5,7% respectivamente);

- 47 % da população detêm níveis de escolaridade inferiores ou iguais à obrigatória;

- 9,4% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar o sistema de ensino (taxa de saída antecipada do ensino): Oeiras 9,4%, Grande Lisboa 13,8%, Concelhos de: Cascais 11,8%, Amadora 15,1% e Sintra 14,7%;

- 1,1% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar o sistema de ensino (taxa de abandono precoce): Oeiras 1,1%, Grande Lisboa 1,8%, Concelhos de: Cascais 1,2%, Amadora 2,4% e Sintra 1,5%);

❖ **Qualificação Profissional:** baixo peso dos trabalhadores desqualificados – atendendo à população residente empregada segundo grupos de profissões do Concelho de Oeiras, verifica-se que os valores mais elevados situam-se no grupo “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” e no grupo “Técnicos e Profissionais de nível intermédio”¹⁴;

❖ **Situação face ao emprego:** baixa taxa de desemprego de longa duração – segundo o Estudo “Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras”¹⁵ cerca de 70% dos que estão à procura do 1.º emprego estão nessa situação há menos de seis meses, enquanto quase metade dos desempregados são de longa duração, ou seja desempregados há mais de um ano (27,6% deles estão desempregados há mais de dois anos e entre estes praticamente metade está nessa situação há mais de cinco anos);

❖ **Médias elevadas de IRS per capita:** Oeiras está entre o grupo de concelhos com médias mais elevadas em termos nacionais (Concelhos de Lisboa, **Oeiras**, Cascais, Porto, Coimbra e Almada¹⁶). A média nacional¹⁷ é de 338,45€ e o concelho de Oeiras encontra-se no escalão 882€ – 1768€;

❖ **Índice de Poder Compra:** dados disponíveis sobre o poder de compra no Concelho de Oeiras indicam-nos que tem o 2.º indicador per capita mais elevado dos Concelhos da Grande Lisboa (180,97) logo a seguir a Lisboa;

¹⁴ Ver quadro referente aos Grupos Sócio-Económicos, página 31.

¹⁵ SOCINOVA/UNL (2005), “Estudo para a Construção de um Observatório Local de Emprego - Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras”.

¹⁶ Idem 11.

¹⁷ Todas as médias nacionais utilizadas no texto foram retiradas do Estudo citado e foram calculadas somando todos os valores das médias concelhias e dividindo pelo número de concelhos, correspondendo a uma média das médias.

- ❖ **Valor médio anual das pensões processado:** atendendo à distribuição da pensão média mensal paga pela Segurança Social em 2002, verifica-se que no Concelho de Oeiras atinge valores mais elevados aos verificados para a Grande Lisboa (Invalidez: Oeiras - 310€, Grande Lisboa - 266€; Velhice: Oeiras - 394€, Grande Lisboa - 346€; Sobrevivência: Oeiras - 187€, Grande Lisboa - 171€¹⁸). Por sua vez a média nacional do valor médio anual das pensões é de 2876,23€ e o concelho de Oeiras está no escalão 3652,5 - 4680,1€;
- ❖ **Baixo rácio Pensionistas** face à população empregada: a média nacional dos Pensionistas face à população empregada é de 0,78%, a média do concelho de Oeiras permite colocá-lo no escalão 0,06 - 0,49%, aliás o escalão mais baixo deste indicador;
- ❖ Peso pouco expressivo de **famílias com cinco ou mais elementos:** 6,99%, quando a média nacional é de 9,46%¹⁹.

O Estudo alerta contudo para o facto de estarmos perante territórios muito heterogéneos do ponto de vista urbanístico, económico e social, e por outro lado a desagregação territorial dos indicadores não revelar as disparidades intra - concelhias, o que escamoteia a variação interna a cada concelho, ocultando a existência de bolsas de pobreza.

Fundamentando a existência de disparidades intra concelhias este Estudo dá como exemplo a análise relativa das condições de habitação, designadamente a existência de valores elevados ao nível do peso dos alojamentos não clássicos²⁰ face aos clássicos²¹ e dos alojamentos superlotados²². No caso do Concelho de Oeiras e, segundo os Censos 2001, os alojamentos não clássicos representavam apenas 0.65%. A concretização do Programa PER, concluída em 2003 e traduzida na erradicação total das barracas levou à alteração daquele valor, o que significa que o concelho de Oeiras já não está entre os concelhos com valores elevados ao nível deste indicador.

Ainda evidenciando a existência de contrastes nestes territórios analisa-se a desafiliação uma vez que aí se encontram valores positivos ao nível da taxa de

¹⁸ INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa, 2003.

¹⁹ INE, Censos 2001.

²⁰ Segundo o INE, entende-se por "alojamento não clássico" todo o local ocupado por pessoas e que não satisfaz inteiramente as condições de alojamentos clássicos, por exemplo, barraca, alojamento móvel, entre outros.

²¹ Segundo o INE, entende-se por "alojamento clássico" o local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto das divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou de uma parte distinta do edifício, que pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação.

²² Segundo o INE, entende-se por "alojamento superlotado" alojamento com deficit de divisões em relação às pessoas que nele residem, de acordo com o índice de lotação.

peças institucionalizadas, no que diz respeito às famílias monoparentais bem como quanto ao indicador presença de estrangeiros. Acresce que a taxa de Criminalidade apresenta nestes territórios valores elevados o que é considerado prova da existência de "fracturas sociais e da existência de grupos marginais que não participam do processo de melhoria de condições de vida dando expressão a formas de exclusão social"²³.

No caso do Concelho de Oeiras:

- ❖ Taxa de pessoas institucionalizadas: a média nacional relativa às pessoas institucionalizadas é de 1,07%, o concelho de Oeiras encontra-se no conjunto de concelhos que apresenta uma média situada no escalão 0,6 – 1,1%;
- ❖ 21,55% são famílias monoparentais, quando a média nacional é de 6,11%;
- ❖ Presença de estrangeiros na população residente: a média nacional é de 1,68% e o concelho de Oeiras encontra-se no agrupamento de concelhos que apresentam uma média entre 3,4 – 6,4 % de estrangeiros face à sua população residente (ver quadro em Anexo);
- ❖ Taxa de criminalidade: a média nacional é de 2,69%, e o concelho de Oeiras apresenta uma taxa que se situa no escalão 3 - 4,6%.

Com efeito e, ainda que o Concelho de Oeiras evidencie valores positivos e acima da média nacional em muitos indicadores considerados neste Estudo e que o classificaram como um "território ameaçador e atractivo" e que são favoráveis a processos de inclusão, verifica-se de igual modo a existência de bolsas de pobreza e de exclusão, bastante patentes em alguns dos Diagnósticos produzidos ao nível das Comissões Sociais de Freguesia (CSF), uma vez que mais próximos das problemáticas e do seu grau de incidência ilustraram as debilidades e deficiências que ainda persistem.

A transferência gradual das famílias em situação de clandestinidade habitacional no Concelho para Bairros de Habitação Social, constituiu-se como a primeira fase de um processo de integração social que se adivinha ainda longo, tendo inegavelmente possibilitado uma melhoria efectiva na satisfação de necessidades básicas do indivíduo que incluem, como todos sabemos, o direito a habitação condigna. A habitação surge-nos assim como uma plataforma que pode também ela traduzir melhorias significativas na qualidade de vida dos indivíduos, famílias e, em último plano, da comunidade.

²³ Idem 11, página 11.

Parece-nos contudo que, encarar este processo como finalizado seria redutor quanto ao potencial que encerra. Na realidade, encará-lo como um processo ainda em desenvolvimento permite ir tentando dar resposta às exigências que a população residente em Bairros de Habitação Social vai traduzindo.

Fenómenos como o insucesso e o abandono escolar; o desemprego de longa duração ou o regime de trabalho precário; a violência doméstica; a desqualificação profissional; os baixos rendimentos e o sentimento de desvalorização pessoal, familiar e social, são todos eles pressupostos do fenómeno maior que é a Exclusão Social que surge, inequivocamente com maior visibilidade e impacto social, nos Bairros de Realojamento Social.

Intervir planeada e estrategicamente junto da população ali residente implica, por um lado, dotar aqueles espaços, como se tem vindo a fazer, de equipamentos sociais que respondam às necessidades das famílias que os ocupam e, por outro, criar mecanismos que possibilitem a sua plena inclusão.

Este conceito de “plena inclusão” pressupõe, naturalmente, uma filosofia de intervenção que vá para além da criação de estruturas de apoio às famílias dentro dos Bairros de Realojamento, sem contudo, desmerecer o papel crucial que as mesmas têm vindo a desempenhar no seu seio. Apostar numa intervenção estratégica significa, neste contexto, procurar ultrapassar ou, pelo menos, minimizar a problemática da exclusão social através de medidas de Política Social que dotem os indivíduos de instrumentos que lhes permitam perspectivar de forma sustentada, um projecto de vida individual que, ao mesmo tempo que corresponde às expectativas individuais, poderá ir ao encontro das necessidades sentidas localmente.

Quadro 15 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios ameaçadores e atractivos

	Dimensão	Indicador	Sinal	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência
Desafiliação	Institucionalização	Taxa de Pessoas Institucionalizadas	+/-		Almada, Amadora; Entroncamento, Maia, Odivelas, Seixal, Vila Nova de Gaia, Espinho
		Taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos	+/-		Amadora, Matosinhos, V N de Gaia, Aveiro
	Estruturas familiares	Famílias Monoparentais	-	↑	Porto, Oeiras , Cascais, Lisboa, Amadora, Espinho, Barreiro, Moita, Loures, Almada
	Criminalidade	Taxa de criminalidade	-		Lisboa, Aveiro, Porto, Almada, Setúbal, Cascais
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Amadora, Cascais, Loures, Sintra, Odivelas Seixal, Oeiras , Almada, Moita
Desqualificação social objectiva	Escolarização	População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	-	↓	Oeiras , Lisboa, Cascais, Coimbra, Entroncamento
		Taxa de analfabetismo	-	↓	Oeiras , Entroncamento, Sintra, Cascais, Coimbra
		Saída antecipada do sistema escolar	-	↓	Oeiras , Entroncamento, Cascais, Coimbra
		Abandono escolar precoce	-		Oeiras , Entroncamento, Sintra, Cascais, Coimbra
	Emprego e Desemprego	Desempregados de longa duração	-		V N Gaia, Amadora, Porto, Espinho, Matosinhos, Maia, Lisboa
		População com profissões desqualificadas	-	↓	Oeiras , Lisboa, Porto, Cascais, Coimbra, Entroncamento, Almada
	Condições de habitação	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	-	↑	Amadora, Almada, Loures, Lisboa, Espinho, Odivelas, Cascais
		Alojamentos sobrelotados	-		Amadora, Loures, Moita, Odivelas, V N de Gaia, Matosinhos, Porto Espinho
Privação Económica	Rendimentos	IRS <i>per capita</i>	+	↑	Lisboa, Oeiras , Cascais, Porto, Coimbra
		Percentagem do Poder de Compra	+	↑	Lisboa, Porto, Sintra, V N de Gaia, Oeiras , Cascais,
		Famílias com 5 ou mais pessoas	-		Entroncamento, Barreiro, V F de Xira Lisboa
	Protecção Social	Valor médio anual das pensões	+	↑	Oeiras , Cascais Entroncamento, Odivelas, Barreiro, Lisboa

Concelhos classificados de “Territórios ameaçadores e atractivos”: 12 pertencem à região de Lisboa e Vale do Tejo e enquadram-se na Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Odivelas, Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Moita e Setúbal); 3 à região Centro (Coimbra, Aveiro e Entroncamento) e 5 da região Norte enquadrados na Área Metropolitana do Porto (Vila Nova de Gaia, Porto, Espinho, Maia e Matosinhos).

↑ - O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.

↓ - O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos

+ Este sinal indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável.

	O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela dupla leitura
	O indicador revela condições favoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

Fonte: Adaptado de Estudo: *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Documento de Trabalho realizado por Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP, com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico, Janeiro 2005.

5. A ESTRATÉGIA SOCIAL LOCAL

5.1 Orientações gerais da Estratégia Social Local

As Bases da Estratégia Social Local, aprovadas na VI Sessão Plenária do CLAS de 8 de Abril de 2005, apontam para o planeamento integrado da intervenção, a participação dos diversos agentes sectoriais nesse processo, para a partilha de conhecimentos e recursos e, para a exigência de inovação nas respostas²⁴.

Tendo presente as directrizes da Estratégia Social Local e do PDS, é necessário definir a operacionalização do mesmo por forma a equacionar as respostas esperadas para os problemas definidos como prioritários.

Por outro lado, as estratégias de Desenvolvimento e Planeamento Territorial implicam uma outra forma de conceber e fazer intervenção social, no sentido da integração das Políticas, Medidas e Acções Sociais nas Políticas Económicas, Urbanas, de Ambiente, de Educação, de Formação Profissional, de Emprego e de Habitação.

Como primeiro pressuposto impõe-se a articulação com o Plano Director Municipal (PDM) e a necessidade de redefinição dos processos de desenvolvimento, tal como enunciado nos fundamentos da Revisão do mesmo²⁵.

O Diagnóstico Social enunciado ao nível do Concelho e das Freguesias evidencia a enorme capacidade que os agentes no terreno têm enquanto fontes de conhecimento, tanto de Problemas/Causalidades como de Recursos/Potencialidades que é possível mobilizar ou, mesmo, fazer emergir.

Este Diagnóstico, por outro lado, é um importante contributo para aprofundar o conhecimento das dinâmicas sociais locais com vista à Revisão do PDM, que decorre sob responsabilidade do Gabinete de Desenvolvimento Municipal (GDM), desde início parceiro do Programa da Rede Social.

Assim, os temas do Diagnóstico foram subdivididos em 7 grandes áreas ("Dinâmicas Sócio-Demográficas e Sócio-Familiares", "Habitação", "Caracterização Sócio-Económica", "Saúde, um breve balanço", "Panorama Sócio-Educativo", "Acção Social"

²⁴ Ver anexo.

²⁵ Edital n.º 177/2004, de 5 de Março, II Série, "Fundamentação da Proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Oeiras".

e “Justiça”), que naturalmente integram os Objectivos Estratégicos definidos no PDS, tendo também ligação aos Vectores de Intervenção Estratégica definidos na Agenda XXI Local – Oeiras XXI²⁶.

A complementaridade e/ou integração entre caminhos apontados em diferentes propostas é fundamental, uma vez que os problemas devem ser analisados na sua multifuncionalidade para que se atinjam resultados substantivos, devendo as mudanças projectadas acontecer de forma consequente.

Assim, as opções para a coordenação da Intervenção Social, definidas no âmbito da Rede Social de Oeiras, contribuem de forma fundamental para o Desenvolvimento Local Sustentável, na óptica preconizada na Agenda XXI, na medida em que incorporam os objectivos definidos noutros níveis de planeamento ou, por sua vez, serão incorporados por eles.

Quebrar as lógicas de funcionamento unidimensional e uni-sectorial cria novas potencialidades, quer em termos temporais quer em termos de conhecimentos, recursos e acções e, por consequência, resultados mais seguros e eficazes, sendo ao mesmo tempo prática concreta de cidadania, como co-responsabilização de todos para o maior bem-estar comum.

Sendo o enfoque no Desenvolvimento Social do Concelho e nos Cidadãos que aqui vivem, e/ou interagem, a tónica recai na integração das acções reforçando as capacidades para:

- ❖ Fazer convergir ideias e esforços;
- ❖ Partilhar conhecimentos e reconhecer o trabalho de terceiros;
- ❖ Estabelecer relações de empatia;
- ❖ Integrar diferentes competências;
- ❖ Aumentar a co-responsabilização;
- ❖ Viver a mudança como caminho para a qualidade.

Para além da articulação e integração com os objectivos e propostas do PDM e da Agenda XXI, outros níveis de envolvimento com outras estruturas de intervenção a nível local, são importantes, designadamente:

- ❖ Comissão Municipal de Saúde;
- ❖ Conselho Municipal de Educação;

²⁶ CMO (Fevereiro 2001), *Oeiras XXI – Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório Final – Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável.*

- ❖ Comissão Municipal de Juventude;
- ❖ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras;
- ❖ Conselho Municipal de Cultura;
- ❖ Conselho Municipal de Segurança;
- ❖ Serviço Municipal de Protecção Civil.

Sem diluir as especificidades e desígnios dessas parcerias/serviços (ou daquelas que a partir da sua acção são induzidas), é fundamental pensá-las estrategicamente ao nível do território de modo a poder responder aos desafios e à complexidade das realidades, a que as mesmas devem fazer face, de modo estruturado, fazendo interagir diferentes meios e recursos.

Desse modo, aliás, se dá concretização aos princípios orientadores da Rede Social enquanto fórum de congregação de esforços de integração, articulação, subsidiariedade, participação e inovação. A Estratégia Social Local passa pelos compromissos de concertação entre os diferentes níveis de intervenção.

Os próprios objectivos definidos por outras formas organizativas, designadamente a Comissão Municipal de Saúde, privilegiam a participação das diferentes estruturas da comunidade nos processos de tomada de decisão sobre as questões que dizem respeito à vida das pessoas que compõem a comunidade, “permitindo que se introduzam directrizes consistentes em função dos recursos existentes e suscitando a criação de novas respostas”²⁷.

Também a título de exemplo podemos referir que, relativamente ao Conselho Municipal de Educação, sendo o objectivo a promoção a nível Municipal da coordenação da Política Educativa, se torna fundamental articular a acção “dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados”²⁸.

Esta reorientação da intervenção social perspectivando a dinamização das parcerias com o enfoque nas necessidades dos cidadãos/indivíduos e famílias, traduz-se na potencialização do histórico de parcerias já vivido e proporciona intervenções mais estratégicas e sustentadas.

Será desenvolvido o esforço de procura dos instrumentos que podem materializar as cooperações, a abordagem e a reflexão sistémica às questões que se colocam em

²⁷ Proposta n.º 434/04 – Aprovação da Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Saúde.

²⁸ Brochura “Conselho Municipal de Educação”, Oeiras, Outubro de 2004.

diferentes patamares de trabalho representados pelas diferentes parcerias activas. É esta vontade de fazer colectivo que irá potenciar a emergência de oportunidades de inclusão.

Aos princípios da Fundamentação da Revisão do PDM acrescenta-se e reforça-se a perspectiva da intervenção em rede, congregando a Autarquia e os diferentes Agentes Locais, tendo em conta as diferentes dimensões dos problemas, as linhas de cruzamento de causalidades e a definição/contribuição para Estratégias Integradas de Intervenção.

Neste quadro de acção concertada é possível facilitar os efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, da exclusão social nas suas diferentes manifestações (acesso a serviços, à informação e ao conhecimento de uma forma geral incluindo as novas tecnologias, à educação, à saúde, ao direito à diversidade étnica, cultural e religiosa) mas, sobretudo, é possível melhorar a prevenção para melhor garantir o acesso das populações a boas condições de vida.

Num quadro de Desenvolvimento Sustentável é possível conjugar a inovação com o reforço da criação de oportunidades para que todos os indivíduos cresçam socialmente em autonomia.

Descentramo-nos, como atrás referido, das aparentes incapacidades dos indivíduos para serem eles também agentes da sua própria mudança e das comunidades em que vivem e, centramo-nos na plena certeza de que todos detêm um imenso potencial cognitivo e de sensibilidade que pode ser utilizado para benefício próprio, também das famílias de que são parte integrante e, por consequência, das comunidades a que pertencem.

É a conjugação entre a intervenção ao nível político, aqui entendida como motor de dinamização de opções estratégicas de mudança e, a procura de outras condições sociais e económicas que podem operar as mudanças desejadas, fomentando simultaneamente a capacidade de os indivíduos aproveitarem novas oportunidades de criação de emprego a nível local.

Aumentar as possibilidades de aquisição de mais e/ou melhores competências pelos indivíduos é um factor forte de combate à exclusão.

O estímulo e a implementação/utilização de instrumentos adequados para o desenvolvimento de capacidades individuais e colectivas, aumentando os níveis de educação/ocupação, de actividade e de qualificação laboral, melhorando o estado de saúde e das acessibilidades, favorecendo também a interculturalidade como capacidade de (re)conhecimento do outro com diferentes matrizes de conceitos e valores, corresponde a uma efectiva integração social, propiciando vivências em comunidades mais coesas e harmoniosas.

Mais do que comparar números/médias e desvios, estabelecendo classificações/padrões de nivelamento social, estamos manifestamente apostados nos processos que configuram os equilíbrios/desequilíbrios nas comunidades, tendo em conta a proporção da população em risco(s).

São as estratégias que, de forma concertada, podemos desenhar para conduzir a reequilíbrios e à melhoria efectiva de condições e padrões de vida, que nos motivam.

Ao nível da organização da informação que caracterize e represente a(s) realidade(s) sociais do Concelho, acrescentamos as Cartas Sectoriais já produzidas e a elaborar, como é o caso da Carta Social do Concelho.

Concorrer para o planeamento integrado ao nível da Formação e do aumento de Competências Profissionais, induzindo Protocolos com empresas, para formação à medida e criação de meios de empregabilidade local, é um desígnio focal a prosseguir neste caminho para a qualificação que passa acima de tudo pela qualificação e autonomização das Pessoas e das Famílias que as mesmas compõem.

5.2 Linhas Orientadoras do PDS – dos Problemas às Respostas

Passamos à descrição e análise da forma como da agregação de Problemas se passou à definição das principais problemáticas na fase final do Diagnóstico, identificando-se Linhas Orientadoras de Intervenção, as quais foram redefinidas com vista a configurarem as opções estratégicas do PDS.

Com a participação de agentes de diferentes áreas de intervenção das várias Freguesias, procurando sempre um olhar transversal sobre os Problemas, procedeu-se à sua priorização e à consensualização dos Objectivos fundamentais (Gerais e Específicos) que se pretendem atingir com as respostas/Acções perspectivadas.

De seguida, tendo em conta que o PDS é um compromisso conjunto, havendo necessidade de uma identificação rigorosa das necessidades locais, apresenta-se de forma esquemática a sequência da equação de Problemáticas desde a fase final do Diagnóstico até à consensualização conseguida e que consubstancia a incidência do trabalho a desenvolver, para as mudanças que se pretendem.

EIXO FAMÍLIA

Linhas Orientadoras Fase final do Diagnóstico (18 e 28 de Maio de 2004)	Redefinição com vista ao PDS (27 de Setembro de 2004)	Priorização e consensualização para o PDS (2 de Março de 2005)
- Problemas relacionados com famílias desorganizadas e estruturas familiares fragilizadas do ponto de vista das solidariedades primárias; - Vivências familiares disruptivas	Desestruturação familiar	
Problemas de acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos	Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos	Insuficiente acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos
Problemas de maus-tratos e negligência familiar	Falta de acompanhamento no processo de envelhecimento dos ascendentes	Maus-tratos e negligência
Solidão, isolamento social e agravamento dos problemas de saúde dos idosos		- Solidão/Isolamento social dos idosos - Aumento das situações de dependência
Problemas de dependência financeira e baixos rendimentos dos idosos	Desemprego na Família/Baixos rendimentos e dependência financeira	Baixos Rendimentos
Falta de respostas da rede de solidariedade, tanto ao nível da infância e juventude, como da terceira idade	Falta de respostas da rede de solidariedade	Novas exigências ao nível das respostas sociais
		Desadequação da Rede de Transportes Públicos às necessidades das Famílias

EIXO EDUCAÇÃO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Linhas Orientadoras Fase final do Diagnóstico (15 de Junho de 2004)	Redefinição com vista ao PDS (27 de Setembro de 2004)	Priorização e consensualização para o PDS (22 de Março de 2005)
Problemas resultantes de um desfasamento entre a procura e a oferta de emprego	Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego	Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego
Problemas relacionados com a inserção em formação profissional ou no mercado de trabalho	Dificuldade na inserção em formação ou no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de desemprego em indivíduos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional (jovens, 45 anos, DLD) - Elevadas taxas de desemprego entre licenciados (DLD) - Dificuldade na inserção (dessas pessoas) em formação ou no mercado de trabalho
Problemas de desemprego que afectam a estrutura familiar	O desemprego na família	
Crianças e Jovens em situação de vulnerabilidade social resultante de dificuldades de aprendizagem que se traduzem em absentismo, insucesso e abandono escolar; analfabetismo funcional	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, designadamente, absentismo, insucesso e abandono escolar precoce (incidência no 2º Ciclo) e analfabetismo funcional	Existência de situações de abandono escolar em crianças que saem da escola sem o 3º ciclo
Enquadramento deficitário no que respeita a recursos humanos e equipamentos sem fins lucrativos		
	Comportamentos marginais, práticas e comportamentos de risco, delinquência e violência juvenil, toxicodependência	

EIXO COMPORTAMENTOS DE RISCO (a designação inicial do Eixo era de Exclusão/Inclusão)

Linhas Orientadoras Fase final do Diagnóstico (1 e 29 de Junho de 2004)	Redefinição com vista ao PDS (27 de Setembro de 2004)	Priorização e consensualização para o PDS (17 de Março de 2005)
Problemas relacionados com comportamentos marginais: práticas e consumos de risco, delinquência e violência juvenil, toxicodependência		- Existência de situações de crianças e jovens com comportamentos violentos - Existência de situações de delinquência - Existência de situações de toxicodependências (incluindo o alcoolismo)
Problemas de imigração relacionados com práticas comportamentais e sócio-culturais diferentes e diversificadas	Défice de integração cultural	
Problemas derivados da morosidade dos processos de legalização		
Persistência de situações de pobreza	Pobreza	
Deficiente articulação entre organizações no terreno e entidades com poder de decisão		
	Défice de escolaridade	
	Défice de formação profissional	
	Défice de saúde	
		Existência de situações de gravidez precoce e não desejada
		Existência de situações de doenças sexualmente transmissíveis
		Existência de situações de Sem-Abrigo

Na fase de definição das Linhas Orientadoras foram apontados mais **2 Eixos**, tendo-se optado por deixar de os considerar enquanto tal e, passado a incorporá-los como dimensões dos Eixos priorizados e/ou, a considerá-los enquanto problemáticas estruturantes que deverão ser transversais a toda a acção a desenvolver. Assim:

Eixo Famílias – Problemáticas Transversais

Problemas Prioritários
Famílias desorganizadas, estrutura familiar - fragilizadas do ponto de vista das solidariedades primárias (alterações do tipo de valores, princípios educativos e dependência do trabalho)
Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos
Vivências familiares disruptivas: famílias desagregadas, pais separados e pais com dependências

Eixo Problemas Estruturantes de Equidade Territorial

Problemas Prioritários
Falta e desadequação de estruturas físicas e humanas de apoio social a crianças, jovens, famílias e idosos
Deficiente articulação entre as organizações existentes no terreno e as entidades com poder decisivo (Segurança Social, autarquias Locais) na resolução de problemas de Saúde Pública, Protecção Civil, Emprego, Formação, Educação ...
Necessidade de alargamento e melhoria da rede e serviço de transportes públicos

Durante o percurso efectuado assumiu-se, como já se referiu, que os dois primeiros problemas aqui considerados são o cerne de todo o trabalho em rede que está a decorrer, pelo que sendo transversais a toda a acção **configuram uma estratégia de concertação que está explicitada na Estratégia Social Local**, definida no âmbito do PDS.

Essa estratégia é, pois, incorporada em todas as Acções inscritas em Plano de Acção (PA), sendo também objectivada a necessidade de o CLAS encontrar as formas organizativas possíveis de materializarem essa mesma estratégia enquanto metodologia regular de trabalho para o próprio planeamento e coordenação da intervenção, apoiando também as instituições no sentido da qualificação das respostas e serviços prestados.

A **Formação das organizações do Terceiro Sector** para uma gestão eficaz e auto-sustentada, **a criação de um fórum no seio do CLAS** que concretize anualmente a análise das respostas sociais em desenvolvimento face às necessidades que se colocam e aos Programas Nacionais e Comunitários, Medidas e Linhas de

Financiamento possíveis de utilizar, bem como inclusive a capacitação para a sua adequada utilização, são linhas de actuação que estabelecemos.

Consideramos oportuno lembrar, antes de passar à especificação dos Eixos, que o “Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da reprodução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também de efeitos preventivos”²⁹.

E não se pode deixar de ter por base do trabalho de definição do PDS as características enunciadas para um Plano desta natureza:

- ❖ Deve ser realista;
- ❖ Deve assumir uma função de coordenação – servir de enquadramento “a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer elas sejam elaboradas no âmbito da operacionalização do plano pelo CLAS (através do Plano de Acção), (...) o Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de actuação tem repercussões no desenvolvimento social dos Concelhos.”³⁰;
- ❖ Deve configurar uma dinâmica de condução e gestão de recursos, de implicação de agentes e de negociação da participação dos actores chave em função da sua adesão a determinadas opções;
- ❖ Deve ser coerente.

5.2.1 Análise evolutiva da priorização de Problemas

No âmbito do Eixo **Família**, começamos por ressaltar que foram inicialmente organizados três níveis nesta dimensão, para uma identificação de Problemas mais detalhada.

Esses três níveis foram concretamente:

- ❖ Famílias – Problemáticas Transversais;
- ❖ Infância e Famílias;
- ❖ Famílias com idosos e famílias de idosos e de dependentes.

²⁹ IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*, pág. 15.

³⁰ Idem, pág. 15.

Se por um lado a agregação num mesmo Eixo faz sentido porque são todas problemáticas que se fazem sentir ou têm relação com o funcionamento em Família, por outro lado a formulação do Eixo ao designar-se apenas por Família deixa no vago aquilo que se pretende fazer relativamente à Família. A nossa opção de mudança estratégica a introduzir não é claramente enunciada no início.

Será a identificação de Problemas Prioritários que deixa visíveis as dimensões das estruturas familiares em que a mudança é desejada, bem como as orientações subjacentes às respostas enunciadas.

Assim, e após a definição de Linhas Orientadoras de Intervenção congregaram-se neste Eixo, Objectivos e Prioridades do Eixo **Família** inicialmente considerado "Família - Problemáticas Transversais".

Tornando-se necessário consensualizar Objectivos Prioritários de Intervenção a inscrever no PDS, fez-se então a afinação dos Problemas formulados, de modo a olhá-los numa perspectiva abrangente e de categorização.

Inicialmente, começou por se analisar detalhadamente cada Problema priorizado e por decompor o Problema na sua rede de causalidades e efeitos, tendo-se percebido que por vezes alguns Problemas são simultaneamente Causalidades e/ou Efeitos, devendo por isso ficar clara a priorização das escolhas efectuadas.

Ao nível da Infância dois problemas sobressaem: as vivências familiares disruptivas que configuram situações de desestruturação familiar em famílias fragilizadas e, o insuficiente acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos. Relativamente a este último – do qual um dos efeitos é o Insucesso Escolar, ficou claro que se corria o risco de carregar demais na responsabilidade da Família sobre as atitudes e comportamentos dos filhos, nomeadamente quando os mesmo se aliam a situações de Insucesso Escolar. Sendo consensual que as estruturas educativas têm responsabilidades específicas e directas nos projectos educativos de cada criança/jovem, ficou clarificado que, a opção de priorizar como Problema "O Insuficiente acompanhamento dos pais" remetia para o facto de esse Problema advir de fragilidades/vulnerabilidades das Famílias e das dificuldades acrescidas decorrentes de um novo contexto social. Assim sendo, é priorizada a resposta de criação de novos suportes às Famílias, de modo a ultrapassar ou minimizar os efeitos dessas fragilidades, aumentando as competências dos seus membros e da própria família como núcleo organizativo. Esta é claramente uma **estratégia de intervenção que**

se pretende correctiva e preventiva, dado que por um lado se procuram minimizar os problemas existentes e desenvolver capacidades para formas mais positivas e gratificantes de comunicação na família, como espaço afectivo primordial, defendendo-se, por outro lado, que na continuidade geracional, a evolução rompa com os problemas e evolua numa nova dinâmica. O definir-se como Finalidade a diversificação de respostas aponta para a noção clara de que as respostas não podem ser padronizadas, rígidas, mas flexíveis e ajustadas à complexidade das diferentes situações.

E porque as vulnerabilidades se reflectem noutros níveis das vivências familiares, nomeadamente no cuidado com os ascendentes, a opção essencial neste Eixo foi a assumpção da Finalidade "*Criação de novas formas de suporte, diversificando as Respostas Sociais às Famílias*". O definir-se como Finalidade a diversificação de respostas aponta para a noção clara de que as respostas não podem ser padronizadas, rígidas, mas flexíveis e ajustadas à complexidade das diferentes situações.

No que respeita à problemática dos Maus-Tratos e Negligência, inicialmente pensados em função da relação Pais-Filhos, a mesma acabou por ser globalizada (na redefinição com vista ao PDS) também na relação inversa, ou seja, a dos Filhos face aos seus Pais, na situação de velhice, embora inicialmente a tónica tenha sido colocada na falta de respostas da rede de solidariedade. O problema das falhas no cuidado dos ascendentes esteve, assim, presente, tendo, no entanto, sido considerado não apenas o problema dos idosos em si, mas também o das próprias famílias no seio das quais vivem ou a que estão ligados.

A "Solidão", o "Isolamento Social", o "Agravamento dos problemas de Saúde", traduzindo-se muitas vezes em maior dependência, bem como o baixo índice comum de rendimentos nos idosos também sinónimo de dependência, mantiveram-se.

Quanto à inicialmente identificada falta de resposta da rede de solidariedade, problema identificado como transversal à Infância, Juventude e 3.ª Idade, por se reportar ao número e à qualificação dos recursos humanos, às próprias estruturas organizativas e do seu funcionamento demasiado isolado, bem como aos meios económicos que poderão viabilizar as necessárias mudanças, acabou por se traduzir na formulação final "*Novas exigências ao nível das respostas sociais*". Esta formulação traduz a noção bem clara de se tornar necessária uma postura activa de capacitação para agir, sendo necessário fortalecer as estratégias de integração da intervenção que

contrariem o encaminhamento casuístico e pontual. Há aqui o assumir de uma consciência colectiva dos problemas e do investimento local na dinâmica de redescoberta e (re)aproveitamento de recursos.

A "Desadequação da Rede de Transportes Públicos", por força das consequências gravosas que tem na mobilidade e na organização da vida diária das Famílias acabou por ficar circunscrita neste Eixo.

O Transporte Público colectivo é um dos vários constituintes do sistema de mobilidade, hierarquicamente distribuído em eixos de serviço, de acordo com a capacidade e os desempenhos operacionais diferentes como são, o transporte colectivo ferroviário e o rodoviário.

Sendo, portanto, um serviço público prestado à comunidade, encontra-se sujeito à impossibilidade de satisfação total e completa das necessidades de mobilidade identificadas por todos os elementos da população que se desloca no Concelho.

A melhoria da qualidade da mobilidade é um dos desafios que se nos coloca, hoje em dia e em particular, aumentar a satisfação de mobilidade e deslocações dos três grupos identificados: jovens, famílias e idosos, que são caracterizadas por diferentes necessidades em termos de regularidade, horários, distâncias percorridas, etapas, etc. e para os quais é desejável uma resposta específica. Esta resposta específica tem que passar pela cooperação entre a CMO, que transmite a melhor sensibilidade para necessidades especiais da população, e os operadores para quem os casos especiais representam normalmente encargos suplementares desde que a procura não atinja mínimos de serviço.

No sentido de avaliar o sistema de deslocações nos vários modos de transporte em Oeiras, a Autarquia deu início ao processo de elaboração do "Estudo de Mobilidade e das Acessibilidades de Oeiras", no sentido de poder identificar e caracterizar os constrangimentos de desadequação do sistema às necessidades da população, assim como, definir e perspectivar orientações para colmatar as deficiências detectadas e a actuação estratégica do município neste domínio.

No âmbito da **Educação, Emprego e Formação Profissional**, a formulação de um Eixo com esta designação e de um outro anteriormente enunciado como "Jovens e Escolarização: socialização em meio escolar e fora dele" (que lhe foi agregado), se por um lado evidenciaram a problemática do desemprego e dos vários problemas que o

mesmo acarreta para a estrutura familiar, por outro lado tornou-se bem visível a importância dos agentes locais na identificação dos principais problemas que afectam as crianças e os jovens:

- ❖ Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, designadamente, absentismo, insucesso e abandono escolar precoce (incidência no 2.º ciclo) e analfabetismo funcional;
- ❖ Comportamentos marginais, práticas e comportamentos de risco, delinquência e violência juvenil, toxicodependência;
- ❖ Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego.

O último problema, embora afectando todas as classes etárias e, portanto, não se podendo circunscrever apenas aos jovens, reflecte-se muito nesta faixa etária, pelo grande desfasamento entre as expectativas dos jovens (numa sociedade em que o poder de compra é tido como um valor de primeira ordem) e, as possibilidades que se lhes abrem face às suas comumente baixa escolarização e qualificação profissional.

As dificuldades na inserção em formação ou no mercado de trabalho foram, contudo, mais analisadas ao pormenor e foi feita uma diferenciação entre:

- ❖ Desemprego em indivíduos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional (salientando-se os jovens, os indivíduos acima dos 45 anos e o Desemprego de Longa Duração);
- ❖ Elevadas taxas de desemprego entre licenciados (DLD);
- ❖ Dificuldades na inserção dessas pessoas em formação ou no mercado de trabalho.

O abandono escolar precoce continuou a ser identificado ao longo das etapas percorridas, pelas consequências nefastas que acarreta, sendo um factor de exclusão e exponenciador de outros factores de fragilização pessoal e social.

As dificuldades na aprendizagem e o insucesso escolar acabaram por se inscrever no Eixo **Educação, Emprego e Formação Profissional**, por assim se tornar lógico, mas também porque se entendeu que a família não deverá ter o ónus dessas situações, as quais no âmbito do processo escolar se deverá ajudar a resolver e não a cristalizar. É um facto que a família tem um papel importante na atitude de uma criança face às aprendizagens e à escola em geral, mas a própria escola e outros agentes de intervenção deverão procurar minimizar e/ou prevenir efeitos desestruturantes de vivências familiares disruptivas.

A nossa incidência no abandono escolar significa uma **aposta clara numa lógica de prevenção**, de modo a evitar uma maior fragilização do tecido social.

A frequente coexistência dos comportamentos (violentos e marginais) sinalizados em jovens, nomeadamente em risco de abandono escolar, ou que se encontram desocupados, determinou a sua inclusão num Eixo próprio, que acabou por ser designado por **Comportamentos de Risco** (anteriormente designado por *Exclusão e Inclusão*).

No contexto do Eixo **Educação, Emprego e Formação Profissional** não podemos deixar de referenciar, pela enorme importância que assume para enformar a intervenção, o Estudo "Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras", efectuado no âmbito do trabalho prévio à criação de um Observatório Local de Emprego e já referenciado anteriormente. A focagem na caracterização por Freguesias que o mesmo abarca é de grande relevância para o conhecimento mais próximo das realidades locais.

Ressalte-se também que os indicadores quantitativos são coincidentes com os identificados na fase de Diagnóstico, verificando-se uma maior especificação que permite isolar dados para um olhar mais esclarecido sobre os problemas e as segmentações locais. Torna-se, assim, mais fácil enunciar linhas de intervenção futuras ou, mesmo perceber de forma mais clarividente estratégias para a concretização das Acções que agora se inscrevem no PDS.

O enquadramento deficitário no que respeita aos recursos humanos e de equipamentos sem fins lucrativos, ainda que não tenha permanecido objectivado como problema prioritário, é uma questão fulcral e básica que, foi apesar de tudo reforçada pela opção tomada de se considerar como um dos problemas estruturantes a que urge dar resposta consequente, mas em que a intervenção a desencadear não depende apenas da Rede Social local, designadamente ao nível dos equipamentos e recursos do sistema de ensino.

Na definição do Eixo **Comportamentos de Risco** e, procurando-se encontrar formas de inscrever mudanças a produzir no campo tão vasto como é o da Exclusão/Inclusão, entendeu-se como primordial clarificar o que é a Exclusão Social, em termos de conceito e de realidade. Tornaram-se presente duas correntes de análise teórica das questões da Exclusão:

- ❖ Uma está centrada na perspectiva dos Direitos Sociais básicos, numa óptica de pertença a grupos que usufruem de determinados direitos – Saúde, Habitação, Participação Social, Emprego, Educação/Formação e Protecção Social;
- ❖ Outra, em que a Exclusão será a ausência dos Direitos Sociais de Cidadania, entendida como processo perspectivado numa visão mais abrangente e sistémica.

Apreendeu-se que as situações de exclusão são multidimensionais e que os próprios Eixos definidos no âmbito das Linhas Orientadoras de Intervenção são ilustrativos da dimensão alargada da Exclusão.

Sendo claro que a maior parte das razões da Exclusão estão na sociedade, há que perceber também muito claramente o que é a Inclusão, pois a Exclusão Social coexiste e ganha significado na ligação com a Inclusão Social, sendo essa ligação ora simétrica, ora complementar.

A promoção da Inclusão Social a nível local significa assumir o compromisso que nós, a “sociedade local” vamos procurar criar condições para que todos façam parte do grupo e possam utilizar os recursos existentes.

Face à necessidade de priorização de Problemas e de definição de Objectivos e, após agregação destes, tornou-se possível esquematizá-los da seguinte forma³¹:

- ❖ Pouco apoio institucional para melhorar as condições de integração de Imigrantes;
- ❖ Comportamentos e práticas sócio-culturais diversificadas;
- ❖ PALOP em situação de ilegalidade;
- ❖ Alcoolismo;
- ❖ Pobreza (15 a 20% da população do Concelho);
- ❖ SIDA;
- ❖ Sem-Abrigo;
- ❖ Toxicod dependência (1700 utentes);
- ❖ Necessidade de reforço das oportunidades de integração social;
- ❖ Problemas na socialização infantil e juvenil.

Assim, após a reflexão sobre o contexto em que os problemas identificados são mais gravosos e feita uma análise das causas (e, novamente, das interacções entre elas) dos diferentes problemas, chegou-se a uma consensualização quanto à priorização a

³¹ Apresentados no Workshop “Exclusão e Inclusão” realizado a 17 de Março de 2005.

tomar que exigiu a mudança de designação deste Eixo, que passou a designar-se de *Comportamentos de Risco*:

- ❖ Existência de situações de comportamentos violentos em crianças e jovens;
- ❖ Existência de situações de delinquência;
- ❖ Existência de situações de toxicodependência (incluindo o Alcoolismo);
- ❖ Existência de situações de Gravidez Precoce e não desejada;
- ❖ Existência de situações de doenças sexualmente transmissíveis;
- ❖ Existência de situações de Sem-Abrigo.

O Problema das Acessibilidades/Oportunidades/Recursos para grupos mais vulneráveis foi considerado enquanto **estratégia de intervenção** a ter em conta, estando enunciada como um dos meios de fortalecer a integração da intervenção.

Conforme referido anteriormente, este Eixo inicialmente designado por *Exclusão e Inclusão*, tendo passado a ficar circunscrito enquanto **Comportamentos de Risco**, levou-nos inicialmente à percepção de problemas ligados às situações de vida de imigrantes, de diferentes culturas e com práticas sócio-culturais diferentes e diversificadas. É este um dado, que num universo desconhecedor de códigos e paradigmas de conduta as torna estigmatizantes, o que leva por vezes à desvinculação de valores próprios das origens e/ou dos da comunidade receptora. Tudo isso se traduz, portanto, numa dimensão de exclusão que fragiliza, rompendo laços ainda que ténues e arrastando outras perdas, que se consubstanciam em desvinculação dos sistema de inclusão criados societariamente.

Mas, se por um lado é visível que os imigrantes pela sua própria condição estão muitas vezes de fora dos sistemas de inclusão, foi também posta a tónica que a não inclusão social não é representada apenas pelos imigrantes e, que os comportamentos marginais e marginalizantes não ocorrem apenas no seu seio.

Mesmo a pobreza e os comportamentos que configuram psicopatologias (de que os Sem-Abrigo são um exemplo) não se verificam apenas nos imigrantes, daí que na redefinição com vista ao PDS, se incidiu nos défices a diferentes níveis:

- ❖ Integração cultural;
- ❖ Recursos financeiros – Pobreza;
- ❖ Escolaridade;
- ❖ Formação Profissional;
- ❖ Saúde.

O Eixo assim reequacionado assume uma ideia – a Imigração pode não ser um problema mas um desafio enriquecedor, assumindo simultaneamente um risco – deixar de incidir num facto óbvio e persistente, o de os imigrantes serem mais vulneráveis às diferentes dimensões da exclusão.

Considerando-se que a intervenção de nível local não pode ter uma intervenção significativa sobre a pobreza, e que os défices - de integração cultural, de escolaridade e de formação profissional – se reportam a problemas e objectivos delineados no Eixo **Educação, Emprego e Formação Profissional**, após uma maior objectivação e análise de causalidades fez-se a opção por uma lógica de prevenção face aos Comportamentos de Risco, como já se enunciou.

Mesmo a este nível, a nossa estratégia passa por acreditarmos que embora não esteja na nossa mão acabar com os problemas, está na nossa mão **construir as condições locais para os prevenir** e, também para **minimizar os efeitos sobrepostos de uns sobre os outros**.

O apoio à construção, a nível de pessoa, de projectos individuais de vida que permitam descobrir novas pertenças e novas vinculações identitárias, ajuda a evoluir para novas posturas de cidadania.

A incidência no desenvolvimento de competências pessoais e sociais, materializada pela estratégia de inter-ligação entre Escolas e outras Instituições, permitindo uma intervenção de carácter mais abrangente, faz emergir novas potencialidades pessoais e simultaneamente organizacionais.

A procura de instrumentos e procedimentos que dêem forma a uma estratégia de maior e mais fácil comunicação entre entidades entre si e, com a população, são mais uma das formas de caminhar no sentido da integração da intervenção e de potenciar os mecanismos de inclusão.

A estratégia de auto-avaliação por que se optou traduz de forma clara o real interesse em concretizar respostas ajustadas às necessidades e, não de forma aleatória ou tecnicista.

De seguida apresentam-se em quadro síntese os Problemas, Finalidades e Objectivos consensualizados nos Workshops de definição do PDS:

Eixo Família

- Consensualização no Workshop de 2 de Março de 2005 -

Causas	Problemas	Objectivos Gerais
Família/Infância e Juventude		
<ul style="list-style-type: none"> - Menor suporte da família alargada/redes de solidariedade informal/familiar - Dificuldade na gestão de tempos de família/tempos de emprego 	Insuficiente acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar horários dos equipamentos infância/juventude existentes - Rentabilizar espaços/recursos das colectividades locais para a realização de actividades extra-escolares (incluir as férias escolares) - Fomentar o associativismo familiar
<ul style="list-style-type: none"> - Histórias de vida com maus-tratos - Dificuldades de comunicação intergeracional - Comportamentos aditivos - Maternidade/paternidade não desejada - Questões de natureza psicológica/doença mental - Precariedade económica (sobretudo para a questão da negligência ao nível do vestuário, alimentação, etc.) - Falta de informação (cuidados de saúde, alimentação, etc.) - Desvalorização da escola/supervalorização 	Maus-tratos e negligência	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a formação parental - Organizar e formar um corpo de voluntários para o apoio à família
Causas	Problemas	Objectivos Gerais
Família/Idosos		
Cidades/espacos pouco acessíveis/barreiras	Solidão/Isolamento social	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver estratégias de formação contínua dirigidas a prestadores de cuidados/necessidades específicas: * Prestadores de cuidados formais
<ul style="list-style-type: none"> - Fragilização das redes de apoio - Dificuldade na conciliação da vida familiar/vida profissional 	Aumento das situações de dependência	

<ul style="list-style-type: none"> - Saúde associado ao envelhecimento - Sistema de Protecção Social - "Desvalorização social" dos idosos - Desadaptação das estruturas existentes às necessidades actuais 		<ul style="list-style-type: none"> * Prestadores de cuidados informais * Voluntários - Implementar uma Farmácia Social - Aprofundar o diagnóstico relativamente às necessidades das pessoas idosas
	Baixos Rendimentos	
Emergência de novas situações e de novas exigências	Insuficiência de respostas da Rede Solidária	
Causas	Problemas	Objectivos Gerais
	Desadequação da Rede de Transportes Públicos às necessidades das Famílias	Implementar um novo transporte público para circulação continuada em percursos principais de acesso a serviços

Eixo "Educação, Emprego e Formação Profissional"

- Consensualização no Workshop de 22 de Março -

Problema	Estratégia	Objectivo Geral
Existência de situações de abandono escolar em crianças que saem da escola sem o 3.º ciclo	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade às áreas de grande concentração do problema - Estabelecer parcerias entre escolas e instituições sociais presentes nos territórios considerados prioritários - Estabelecer parcerias entre escolas e instituições nomeadamente recreativas e desportivas - Dinamização de actividades recreativas e desportivas numa óptica de prevenção - Envolvimento dos jovens na organização e efectivação de actividades 	<p>Finalidade: Diminuir o abandono escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tornar a escola mais atractiva <p><u>Objectivos específicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a prática desportiva (identificar territórios e público-alvo) - Informática - Arte: teatro, música e artes plásticas - Envolver mais jovens na formação específica extra-curriculares dentro das escolas <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar níveis de competências de pessoas em famílias com crianças em situação de insucesso/risco de abandono - Envolver/aproximar a família na vida escolar das crianças - Criar equipas multidisciplinares nas áreas prioritárias de intervenção
<p>Recursos identificados: - Desporto Escolar - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) da Escola Secundária Sebastião e Silva - Projecto Educativo das Escolas</p>		
Problema	Estratégia	Objectivo Geral
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de desemprego em indivíduos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional (jovens, 45 anos, DLD) - Elevadas taxas de desemprego entre 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de Protocolos com Empresas Locais - Não desenvolver acções de formação que não se adequam às necessidades do 	<p>Finalidade: Prevenir o aumento do desemprego nos grupos identificados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introduzir nos diferentes cursos de formação uma dinâmica de estabelecimento de protocolos com Empresas - Promover uma reunião anual com todas as

<p>licenciados (DLD)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade na inserção em formação ou no mercado de trabalho - Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego 	<p>mercado</p>	<p>organizações de Formação/Emprego para identificação de necessidades e planeamento integrado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver/implementar cursos de formação profissionalizante (15-18 anos) de nível II (5.º e 6.º anos) e nível III (7.º, 8.º e 9.º anos) - Promover a integração dos desempregados de baixa qualificação no trabalho local
<p>Recursos identificados: Projecto EQUAL da CMO, Oeiras Solidária da CMO, CMO, Escola Val do Rio, Escola de Música N.ª Sr.ª do Cabo, APSD, Fundação da Juventude, ANJAF, Centro Sagrada Família, ANJE, ISQ, CRVCC, OLEFA, Centro de Emprego de Cascais e UNIVA's.</p>		

Eixo "Comportamentos de Risco"

(designação anterior "Exclusão e Inclusão")

- Consensualização no Workshop de 17 de Março -

Causas	Problema	Objectivo Geral Finalidade: Diminuir a incidência dos vários problemas
<ul style="list-style-type: none"> - Antecedentes de violência na família - Ausência do cumprimento de regras na família - - "Ausência"/desequilíbrio de afectos - Factores de personalidade - Pouco tempo do acompanhamento na família - Ausência de perspectivas futuras - "Modelos" familiares - Grupos de pares (pressão do grupo) - Valorização do prazer - Banalização da violência - Estigmatização habitacional - Dificuldade de aprendizagem/Escolas pouco inclusivas - Ausência/fragilização do controle social - Práticas sexuais não seguras 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de situações com comportamentos violentos em crianças e jovens Existência de situações de delinquência Existência de situações de toxicodependências (incluindo o alcoolismo) Existência de gravidez precoce e não desejada Existência de situações de doenças sexualmente transmissíveis Existência de situações de sem-abrigo 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir uma estratégia de desenvolvimento/promoção de competências pessoais e sociais - Criar no Concelho um Sistema de Atendimento Integrado que permita o acompanhamento de situações sinalizadas
	<p>Falta de acessibilidades, oportunidades e recursos para grupos mais vulneráveis</p> <p> Sugestão: "Esquecer" enquanto problema e defini-lo como estratégia de intervenção</p>	

5.3 Articulação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) com outros instrumentos de planeamento

A Rede Social apela que a resolução de problemas passe pela racionalização das respostas existentes e pela articulação das diferentes formas de intervenção social em cada território. É neste sentido, que na concepção de um Plano desta natureza, como é o **PDS**, devemos ter presente a preocupação em **articulá-lo com outros planos**, de forma a, por um lado, **rentabilizar esforços e recursos e a evitar que o que está inscrito em PDS entre em contradição ou se sobreponha a outros planos**, por outro, “tomando em consideração os efeitos esperados de outros planos, o PDS poderá estabelecer complementaridades, compensando e prevenindo consequências que as transformações por eles geradas possam ter ao nível da realidade social do concelho e designadamente das populações mais vulneráveis.”³².

Daí a preocupação em tornar visíveis os pontos de consonância entre o **PDS de Oeiras** e o **Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)**, dado que este último representa o compromisso nacional para a grande finalidade que é a promoção da coesão social, abrangendo os grupos mais vulneráveis. Trata-se de explicitar de que forma é que as Orientações definidas no PDS de Oeiras “se inscrevem nas orientações mais específicas ou acções previstas no PNAI e, conseqüentemente tenham em conta os correspondentes instrumentos elencados neste como possíveis recursos a que se poderão candidatar para desenvolver os projectos locais”³³.

Conhecer as linhas de consonância entre os dois processos ajuda também a perceber de forma mais clara os problemas e a entrever mais facilmente as estratégias possíveis de desencadear ou de utilizar, dado que no próprio PNAI são elencados e identificados instrumentos (Medidas, Programas e Projectos) e estratégias que pretendem possibilitar a concretização dos Objectivos de Inclusão Social definidos.

Assim, os **Objectivos inscritos no PNAI** são:

1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços;
2. Prevenir os riscos de exclusão;
3. Actuar em favor dos mais vulneráveis;
4. Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

³² IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*, pág. 40.

³³ Idem, pág. 41.

Ao termos procurado registar as articulações existentes entre estes Objectivos-base, que são comuns em termos de Estratégia Europeia para a Inclusão Social e, os Objectivos Gerais definidos no âmbito da Rede Social de Oeiras, para além da possibilidade já referida acima de encontrar ou identificar de forma mais célere instrumentos para concretizar estes últimos, podemos **estabelecer complementaridades, favorecendo a possibilidade de afectação de recursos e, evitando contradições ou sobreposições.**

Assim:

EIXO FAMÍLIA

Problemas

Família/Infância e Juventude

- Insuficiente acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos
- Maus-tratos e negligência

Família/Idosos

- Solidão/Isolamento social
- Aumento das situações de dependência
- Baixos rendimentos
- Novas exigências ao nível das respostas sociais

Problemas que afectam as Famílias transversalmente

- Desadequação da Rede de Transportes Públicos às necessidades das Famílias

Finalidade

- Criar novas respostas de suporte à família

PNAI	PDS de Oeiras	
Objectivos-base comuns	Objectivos Gerais	Alguns instrumentos sugeridos no PNAI (exemplos)
Objectivo 2 b) Objectivo 3 b) Objectivo 4	Diversificar horários dos equipamentos de infância/juventude existentes	- Programa Geração Millenium (formação básica no âmbito das TIC a jovens entre os 10 e os 18 anos)
	Rentabilizar espaços/recursos das colectividades locais para a realização de actividades extra-escolares (incluindo as férias)	- Empowerment das comunidades - Rede Social
	Fomentar o associativismo familiar	- Centros de Apoio Social Escolar - Criação de Centros de Apoio Familiar (adoptando metodologias de intervenção e acompanhamento de famílias, visando a mobilização de competências parentais)
Objectivo 2 c) Objectivo 4 c)	Promover a formação parental	Criação de Centros de Apoio Familiar
	Organizar e formar um corpo de voluntários para o apoio à família	Promover o voluntariado como forma de inclusão social e de educação para a cidadania
Objectivo 2 c) Objectivo 4 b)	Desenvolver estratégias de formação contínua dirigidas a prestadores de cuidados/necessidades específicas: <ul style="list-style-type: none"> - Prestadores de cuidados formais - Prestadores de cuidados informais - Voluntários <p>Implementar uma Farmácia Social</p> <p>Aprofundar o diagnóstico relativamente às necessidades das pessoas idosas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acções S@bER + - Promoção do Voluntariado - Educação e Formação ao Longo da Vida - Unidade de Cuidados Continuados - Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)
Objectivo 1 b) c) Objectivo 4 b)	Implementar um novo transporte público para circulação continuada em percursos principais de acesso a serviços	

EIXO EDUCAÇÃO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Finalidades

- Diminuir o Abandono Escolar
- Prevenir o aumento do desemprego nos grupos identificados

Problemas

- Situações de Abandono Escolar (crianças que saem da Escola sem o 3º Ciclo)
- Desemprego em indivíduos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional (jovens, acima dos 45 anos, DLD)
- Elevadas taxas de desemprego entre licenciados
- Dificuldades na inserção em formação ou no mercado de trabalho
- Desfasamento entre a oferta e a procura de emprego

PNAI	PDS de Oeiras		Alguns instrumentos sugeridos PNAI (exemplos)
	Objectivo geral	Objectivos específicos	
Objectivo 2 a) b) Objectivo 3 b) c) Objectivo 4 b) c)	Tornar a escola mais atractiva	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar a prática desportiva (identificar territórios e público alvo) - Informática - Arte: teatro, música, artes plásticas - Envolver mais jovens em formação extra-curricular nas escolas - Aumentar níveis de competências de elementos de famílias com crianças em situação de insucesso/risco de abandono - Envolver/aproximar a família à vida escolar das crianças - Criar equipas multidisciplinares nas áreas prioritárias de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - POSC - Rede Social (envolvimento de parceiros) - Contratualização para a inserção relativamente às famílias abrangidas pela Acção Social - Criação de Centros de Apoio Familiar
		- Introduzir nos diferentes Cursos de	

		<p>Formação uma dinâmica de estabelecimento de protocolos com empresas</p> <ul style="list-style-type: none">- Promover uma reunião anual com todas as organizações de Formação/Emprego para identificação de necessidades e planeamento integrado-Desenvolver/implementar cursos de formação profissionalizante (15-18 anos) de nível II (5º e 6º anos) e nível III (7º, 8º e 9º anos)- Promover a integração dos desempregados de baixa qualificação no trabalho local	
--	--	--	--

EIXO COMPORTAMENTOS DE RISCO

Finalidade: Diminuir a incidência dos vários problemas

Problemas

- Comportamentos violentos em crianças e jovens
- Situações de delinquência
- Situações de Toxicodependências (incluindo o alcoolismo)
- Situações de Gravidez precoce e não desejada
- Situações de doenças sexualmente transmissíveis
- Situações de Sem-Abrigo

PNAI	PDS de Oeiras	Alguns instrumentos sugeridos no PNAI (exemplos)
Objectivos-base	Objectivos Gerais	
Objectivo 1 – 1.1 a) b) Objectivo 3 a) c)	Definir uma estratégia de desenvolvimento/promoção de competências pessoais e sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos do Mercado Social de Emprego - Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - Programa de Formação Profissional especial para desfavorecidos acções Directas - Programa Formação/Emprego - Espaços de Informação - Responsabilização Social das Empresas
Objectivo 3 c) Objectivo 4 b) c)	Criar no Concelho um Sistema de Atendimento Integrado que permita o acompanhamento de situações sinalizadas	<ul style="list-style-type: none"> - PROGRIDE (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento) - Rendimento Social de Inserção (Implementar Planos de Inserção Locais, integrados no Plano de Desenvolvimento Social, através da participação dos Núcleos Locais de Inserção no CLAS)

De forma a podermos ter a leitura do quadro anterior, apresentamos de seguida, de forma detalhada, o que em termos de PNAI está previsto, no sentido da prossecução dos Objectivos-base comuns:

1. Promover a **participação no Emprego** e o Acesso de Todos aos **Recursos**, aos **Direitos**, aos **Bens** e **Serviços**

1.1 Promover a participação no Emprego

a) Favorecer o acesso a um emprego duradouro e de qualidade para todas as mulheres e todos os homens em condições de trabalhar, através, nomeadamente:

- ❖ Da criação, para as pessoas que pertencem a grupos mais vulneráveis da população, de *percursos de acompanhamento para o emprego* e da mobilização, para o efeito, das políticas de formação;
- ❖ Do desenvolvimento de políticas que favoreçam a *articulação entre a vida profissional e a vida familiar*, inclusivamente em matéria de cuidados com crianças e com pessoas não autónomas;
- ❖ Da utilização de *oportunidades de inserção e de emprego da economia social*.

b) Prevenir as rupturas profissionais desenvolvendo a capacidade de inserção profissional graças à gestão dos recursos humanos, à organização do trabalho e à formação ao longo da vida.

1.2 Promover o **acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços**:

a) Organizar os sistemas de protecção social por forma a que:

- ❖ Contribuam para garantir a todas as pessoas os recursos necessários para viverem de acordo com a dignidade humana;
- ❖ Ajudem a superar os obstáculos à aceitação de emprego.

b) Criar políticas que tenham como objectivo o acesso de cada pessoa a uma habitação decente e salubre, bem como aos serviços essenciais necessários;

c) Criar políticas que tenham por objectivo o acesso de todas as pessoas aos cuidados de saúde necessários, inclusivamente em caso de falta de autonomia;

d) Desenvolver, à atenção das pessoas em causa, prestações, serviços ou acções de acompanhamento que permitam um acesso efectivo à educação, à justiça e aos demais serviços públicos e privados, tais como a cultura, o desporto e os tempos livres.

2. **Prevenir** os riscos de Exclusão

- a) Explorar plenamente o potencial da sociedade do conhecimento e das novas tecnologias da informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando, nomeadamente, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiências;
- b) Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão, nomeadamente no que se refere aos casos de sobre-endividamento, à exclusão escolar ou à perda de habitação;
- c) Desenvolver acções destinadas a preservar a solidariedade familiar sob todas as suas formas.

3. **Actuar em favor dos mais vulneráveis**

- a) Favorecer a integração social das mulheres e dos homens susceptíveis de se confrontarem com situações de pobreza persistente, devido, nomeadamente à sua deficiência ou à sua pertença a um grupo social com dificuldades de inserção especiais, como as que afectam os imigrantes;
- b) Tender para a eliminação das situações de exclusão social que atingem as crianças, e dar-lhes todas as oportunidades de uma boa inserção social,
- c) Desenvolver acções globais a favor dos territórios confrontados com a exclusão.

4. **Mobilizar** o conjunto dos intervenientes

- a) Promover, de acordo com as práticas nacionais, a participação e a expressão das pessoas em situação de exclusão, nomeadamente sobre a sua situação e sobre as políticas e acções desenvolvidas em sua intenção;
- b) Assegurar a integração da luta contra as exclusões no conjunto das políticas, através, nomeadamente:
 - ❖ da mobilização conjunta das autoridades a nível nacional, regional e local, no respeito das respectivas competências;
 - ❖ do desenvolvimento dos procedimentos e estruturas de coordenação adequados;
 - ❖ da adaptação dos serviços administrativos e sociais às necessidades das pessoas em situação de exclusão e da sensibilização para essas necessidades dos intervenientes que actuam *in loco*.
- c) Promover o diálogo e a parceria entre todos os intervenientes públicos e privados.

Explicitada que está a consonância de Objectivos entre o PDS e o PNAI, podemos reafirmar que o PDS se insere num processo de planeamento estratégico, que implica a articulação entre os vários agentes de intervenção e os vários sectores, rentabilizando saberes, conhecimentos e, possibilitando uma maior flexibilidade e sustentabilidade na concretização de dinâmicas de inclusão.

A ideia-chave que retemos é a de que a articulação do PDS com outros planos pode favorecer a rentabilização de esforços e recursos afectados aos processos através dos quais se pretende promover o Desenvolvimento Social Local e, no caso do PNAI a articulação é fundamental, devendo ser dada especial atenção aos Objectivos e Prioridades, mas também às Metas que o mesmo inscreve.

É igualmente primordial a articulação do PDS com o **Plano Director Municipal (PDM)**, dado que o que está em causa é a redefinição dos processos de desenvolvimento, exigindo a reflexão sobre as orientações estratégicas nele traçadas e o aprofundamento e mesmo o majoramento de alguns Vectores de Intervenção Estratégica em que as mesmas se consubstanciam.

Entre os objectivos estratégicos definidos na Proposta de Fundamentação do PDM, destacam-se os aspectos que são ligados à vida dos cidadãos:

- ❖ “Inovação na abordagem dos problemas de acesso à saúde, por forma a poderem-se colmatar/complementar, de forma mais eficiente, as insuficiências do sistema público, nomeadamente, nos nichos de problemas que se vão reconhecer como de crescente importância: jovens em risco por aumento de problemas familiares ou outros; envelhecimento da população; crescimento da capacidade de atracção de activos não residentes;
- ❖ Inovação na abordagem dos problemas sociais, acrescentando ao que foi mencionado para a área da saúde, os aspectos de uma verdadeira integração da vasta comunidade realojada no Concelho e que constitui a parte da população mais desajustada ao perfil de desenvolvimento do Concelho. Nas questões sociais dever-se-á atender fundamentalmente à estrutura que mais está em desequilíbrio crescente e que provoca todos os outros desequilíbrio: família.”³⁴.

Aos princípios definidos para os procedimentos de revisão do PDM, acrescenta-se a perspectivação em rede da intervenção no Município, congregando os diferentes

³⁴ Edital n.º 177/2004, de 5 de Março, II Série, “Fundamentação da Proposta de Revisão do PDM”, página 8.

sectores da Autarquia e os diferentes agentes locais, de modo a ter em conta todas as dimensões dos problemas que têm de ser consideradas.

A melhoria das acessibilidades é outro aspecto fundamental, dado ter sido referida por quase todas as Comissões Sociais de Freguesia (CSF), na medida essencialmente das dificuldades que se colocam às populações para a circulação entre localidades de uma mesma Freguesia. O que se pretende é facilitar a organização quotidiana da vida das famílias e tornar mais fácil o acesso a equipamentos sociais e a serviços.

O esforço enunciado pelo PDM de **integração concelhia das populações mais desenraizadas** entronca-se também com as tendências de intervenção objectivadas no âmbito do Eixo inicialmente designado por *Exclusão e Inclusão*.

A este nível de articulação não podemos esquecer a intervenção na gestão e manutenção das condições físicas dos alojamentos do parque habitacional municipal, bem como dos seus espaços públicos, que são tarefas necessárias na continuidade do enorme esforço que a Autarquia faz no sentido da integração. É sentida também a necessidade, no contexto da requalificação territorial, de se avançar no sentido de uma melhor cerzadura com o espaço público urbano envolvente aos bairros de habitação social.

5.4 A integração da Intervenção Social

A Rede Social constitui um **desafio** para um constante fortalecimento do trabalho em rede e da integração da intervenção. Nesse contexto é ao CLAS, enquanto estrutura concelhia de planeamento e coordenação da intervenção a nível local, que cabe o papel de fazer avançar continuamente o processo.

Desde o início novas formas de trabalho foram implementadas, verificando-se a disponibilização de entidades para integrarem o Grupo Dinamizador, que representa a primeira instância de integração.

A essa instância de cooperação coube, de facto, discutir e construir em conjunto o Regulamento Interno, no qual se estabelecem os pressupostos e os objectivos que norteiam todo o trabalho a desenvolver no âmbito da Rede, no sentido de potenciar a eficácia social das medidas de intervenção, rentabilizando as práticas e estruturas de apoio já existentes.

Cumprida essa tarefa e, tendo-se constituído o Núcleo Executivo do CLAS, que se pode caracterizar como uma espécie de motor deste processo, é através do trabalho continuado, congregando entidades de diferentes áreas, que dão ao grupo a riqueza do seu conhecimento e experiência específicas, que se tem possibilitado a concretização das acções necessárias e inerentes à consolidação e evolução de uma abordagem e intervenção globalizantes e multidimensionais.

Tanto a elaboração do Pré-Diagnóstico como do Diagnóstico Social do Concelho exigiram esforço e empenho para a recolha e sistematização de indicadores, quantitativos e qualitativos e, foi a visão alargada pela participação activa de diferentes sectores e de diferentes entidades, como actores relevantes pelo trabalho que desempenham em diferentes áreas no território concelhio, que permitiu todo o aprofundamento de caracterização e de agregação de problemáticas, bem como o reconhecimento de potencialidades.

O facto de se estar ligado a uma determinada área de intervenção, torna difícil uma suficiente e profícua capacidade de distanciamento para uma reflexão e análise clarificadoras. Nesse contexto e na dinâmica de rede instaurada, tornou-se muito importante a descentragem que a todos se impôs dos seus principais focos de atenção

ou de preocupação, tendo presente que é que a partir do Diagnóstico que se identificaram Linhas Prioritárias de Intervenção.

Deste modo, a cada actor participante nesta fase do processo foi pedido que, não desligando do(s) domínio(s) de intervenção que a entidade que representavam mais facilmente consegue analisar, para pensar em conjunto com outros de áreas de intervenção diferentes, desmontando Problemas, suas causalidades e a dimensão e gravidade das situações em que se traduzem.

A partir da agregação de problemáticas e, posteriormente da selecção e priorização de problemas, para os quais foi necessário pensar respostas adequadas que viabilizem as mudanças que se foram enunciando, que as entidades avançaram no processo de concretização de um dos objectivos fundamentais da Rede – o planeamento integrado da intervenção, delineado em termos estratégicos e não casuísticos.

Este é um aspecto realmente relevante neste processo - a participação dos agentes com intervenção no terreno foi determinante nas várias fases deste processo, sendo a sua própria reflexão e conhecimentos um elemento fulcral de todo o trabalho.

O PDS, pensado para um período de três anos, definiu as grandes opções, configuradas em Finalidades, que indicam o sentido da mudança que quer trazer ao quotidiano de todos nós, mas com o objectivo primordial de contribuir para minimizar as desigualdades ainda existentes ou, de agir no sentido da sua prevenção.

Todo este trabalho de participação dos vários parceiros sociais na procura de consensos alargados e a congregação de esforços relativamente às medidas de política de desenvolvimento local a introduzir ou consolidar, fazendo ressaltar as questões que encaramos como prioritárias, constitui um avançar na cooperação e no reforçar de sinergias de renovação e inovação das estratégias de intervenção.

Tendo presente que estamos num território em que qualificação, inovação e competência são, a tantos níveis, destacados e sublinhados, como enunciar enquanto Problemas situações que nem sempre são numericamente esmagadoras?

A resposta está no cerne da intervenção ao nível da Rede Social, que visa a promoção do desenvolvimento social local, numa óptica de sustentabilidade e participação, assumindo cada cidadão a mesma importância, enquanto indivíduo que é parte de um colectivo que se quer coeso e equilibrado.

A competência, a inovação e qualificação não são assim vistas enquanto um fim, nem enquanto números que se podem sistematizar em estatísticas, que de forma quantitativa se traduzem em índices. Atingi-las é desígnio para o qual se concretiza trabalho de qualificação das Pessoas e de desenvolvimento do próprio território em que as mesmas vivem.

O importante neste processo é a incidência dada ao conhecimento aprofundado e sistematizado das situações de desigualdade, das suas diferentes causalidades e, ao reforço registado no Plano de Acção (PA) para colocar no terreno as respostas necessárias de modo a agilizar as mudanças desejadas, nomeadamente através de um estreitar da articulação e cooperação inter-institucionais, dando simultaneamente forma ao princípio da subsidiariedade.

Neste contexto a Rede Social traz um outro contributo novo – é a constante monitorização e acompanhamento do PA, bem como a sua lúcida avaliação (cujos procedimentos ficam a incorporar o PA desde o início), que permitirão perceber forças e fraquezas, constrangimentos não previstos e/ou potencialidades não rentabilizadas.

O esforço de coerência que estamos a procurar dar à Intervenção Social Concelhia representa um esforço grande de concertação (que exige uma visão alargada das problemáticas e uma capacidade de mobilizar recursos e desencadear estratégias) num processo de planeamento estratégico e coordenação da intervenção para o desenvolvimento de respostas integradas e ajustadas às necessidades dos indivíduos e famílias.

Neste processo é particularmente importante o trabalho das CSF. Ainda que por vezes o seu funcionamento seja difícil, pela falta de recursos humanos ou, pela incapacidade daqueles que as integram disporem de mais tempo, a sua acção é fulcral.

Muito já se cruzou e aprendeu em conjunto, sendo um facto que aquilo que temos vindo a fazer passou das já tradicionais articulações relativamente a um qualquer projecto específico, tendendo-se para uma metodologia de trabalho continuado que exige, para lá da articulação, a subsidiariedade, a integração, a inovação e a participação.

Todo este processo só terá sequência na medida em que também se traduza na criação de dinâmicas de inovação nos processos e nas práticas.

A este propósito julgamos importante referenciar como fazendo parte do nosso processo evolutivo de trabalho a divulgação atempada de Programas e Medidas às entidades do CLAS, de modo a motivá-las e a dar-lhes suporte para conseguirem avançar na sua capacidade de intervirem.

O esforço de articulação e negociação sequente que isso acarretou foi por vezes duro, exigindo capacidade de reagir face a *timings*, linguagens e problemáticas a exigir novas posturas e novas competências. As diversas estruturas organizacionais nem sempre conseguem acompanhar facilmente os novos ritmos e essas exigências. Mas no espírito de entreaajuda que também assim se desenvolve, a capacitação das organizações e das pessoas que as integram vai sendo uma realidade, que sairá reforçada através das estratégias de formação que se perspectivaram já neste campo.

A noção de co-responsabilização sai, assim, mais fortalecida, percebendo-se cada vez melhor que nenhuma entidade está isolada, não se podendo fechar numa intervenção isolada para “utentes” seus. A agilização da circulação e partilha de informação fizeram surgir sinergias e abriram expectativas para novas possibilidades de actuação.

A necessidade constante de negociação e de assumir compromissos conjuntos propicia também uma tomada de consciência mais clara, por parte das entidades locais, das causalidades múltiplas dos problemas e das possibilidades de interagir sobre eles, sem dar azo a remeter para terceiros a sua solução.

Acresce que as organizações se sentem assim mais despertas para recorrerem de forma regular às diversas fontes de informação, de modo a capacitarem-se para dinâmicas de gestão de maior auto-sustentabilidade e novas hipóteses de implementação de respostas.

Um outro exemplo do evoluir para uma intervenção progressivamente integrada, através da concretização de um trabalho em rede, é o investimento na criação do Plano Municipal para Situações de Risco Social, que justamente pretende possibilitar a congregação de recursos, a definição de procedimentos concertados de intervenção, o surgimento de respostas ainda inexistentes ou insuficientes para as problemáticas, bem como inclusive agenciar o conhecimento que venha dar consistência à intervenção.

A integração de parcerias locais, sendo estabelecida como dimensão de primeira linha na Estratégia Social Local, é outro dado bem ilustrativo do esforço de concertação que está a acontecer, ressaltando-se aqui os passos que estão a ser dados para uma inter-ligação de carácter regular com a Comissão Municipal de Saúde, o que é bem demonstrativo do assumir de novas metodologias e novos princípios a orientar a intervenção para o Concelho.

A mobilização dos actores locais em torno das acções concretas definidas perpassará por toda a efectivação do Plano de Acção e, é à Rede Social de Oeiras que cabe a consequente avaliação.

O PDS desenvolve-se num contexto em que outros Programas, Projectos e Acções, das diversas entidades que integram o CLAS e as CSF, correspondem a estratégias de resposta aos mesmos problemas identificados na parceria, sendo assim contributos, de maior ou menor dimensão, para a sua resolução ou minimização, induzindo e viabilizando as necessárias mudanças.

6. PLANO DE ACÇÃO

6.1 Plano de Acção Anual (Setembro de 2005/Setembro de 2006)

Tendo sido definidas em PDS as grandes prioridades de actuação, expressas em termos de Finalidades e Objectivos (Gerais e Específicos) e, tendo-se enunciado algumas estratégias que procuram conseguir as melhores soluções de afectação dos meios existentes em função dos objectivos propostos, apresenta-se de seguida o Plano de Acção consensualizado. Este operacionaliza os objectivos formulados através de acções já em curso ou a criar.

A inscrição de Acções neste Plano procura ser coerente com as Linhas Orientadoras constantes do PDS, supondo-se a necessária articulação com as estratégias e recursos³⁵ que têm vindo a ser, desde o início, identificados. Por outro lado, atendendo a que as CSF, para a eficácia da Intervenção Local, definiram PA específicos, inscreveram-se no PA Concelhio acções que são transversais a diferentes Freguesias e, que possibilitam a concertação e integração da intervenção (ver em anexo os Planos de Acção das CSF).

³⁵ Em anexo apresenta-se um quadro síntese de alguns Recursos enunciados na sequência da definição do PDS.

EIXO: Família/Infância e Juventude

PROBLEMA: Insuficiente acompanhamento dos pais no processo de socialização dos filhos

FINALIDADE: Criar novas respostas de suporte à Família

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Aprofundar o diagnóstico sobre as necessidades que fundamentem novas respostas de suporte à família	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o levantamento dos recursos endógenos do Concelho que possam responder às necessidades diagnosticadas - Realizar um estudo específico sobre estas necessidades - Identificar possíveis recursos físicos sub-aproveitados 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de questionários (20/25 famílias por instituição) e tratamento de dados - Apresentação pública dos resultados do estudo - Elaboração de propostas de acção 	- Grupo Dinamizador da CSF Algés e FOSRDI/Centro Sagrada Família	CSF Algés
			- EB1 de Valejas - EB1 n.º 2 de Barcarena	CSF Barcarena
			- CMO/PROQUAL - Associação "Os Francisquinhos"	CSF Carnaxide
			- Junta de Freguesia de Cruz Quebrada Dafundo - Centro Social Sr. Jesus dos Aflitos	CSF Cruz Quebrada/Dafundo
			- Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª Porto Salvo	CSF Porto Salvo
			- Departamento de Família do ISCSP	
Criar de respostas específicas de acolhimento de crianças e jovens	Acolher e desenvolver actividades educativas e de ocupação de tempos livres para 30 crianças dos 6 aos 12 anos que não frequentam ATL	CTL com actividades de informática, desporto, artes plásticas	- CMO/PROQUAL	CSF de Carnaxide
	Organizar actividades de carácter lúdico em períodos não lectivos	Organização de Programas de Tempos Livres de Verão	- Associação Desportiva de Oeiras (ADO) - Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra	CSF de Oeiras
			- ProAtlântico - Escola Secundária Aquilino Ribeiro	CSF de Porto Salvo

			<ul style="list-style-type: none">- Associação Pandilha Jovem- Clube de Jovens do Alto da Loba- CMO/Centro Comunitário do Alto da Loba (CCAL)	CSF de Paço de Arcos
--	--	--	---	----------------------

EIXO: Família/Infância e Juventude

PROBLEMA: Maus-tratos e negligência

FINALIDADE: Criar novas respostas de suporte à Família que previnam o problema

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Facilitar o relacionamento entre Pais e Filhos	Promover sessões de formação com Pais	6 Sessões com Pais sobre temas de interesse na relação Pais/Filhos	- Grupo Dinamizador de CSF Algés - Escolas da Freguesia de Algés	CSF Algés
			- CMO/PROQUAL - Projecto "Família Global"	CSF Carnaxide
			- Santa Casa Misericórdia de Oeiras (SCMO) - Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª de Porto Salvo - Centro Social Paroquial de Cristo Rei de Algés	CSF Porto Salvo
			- Centro Social Sr. Jesus dos Aflitos - Junta de Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo	CSF Cruz Quebrada/Dafundo
			- CMO/CCAL	
Promover a intervenção sistémica em famílias vulneráveis	Abrir um espaço de Atendimento Psicossocial no Bairro dos Navegadores (Freguesia de Porto Salvo)	Atendimento a Crianças e Famílias	- SCMO - Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª de Porto Salvo - Centro Social Paroquial de Cristo Rei de Algés	CSF de Porto Salvo

EIXO: Família/Idosos

PROBLEMA: Solidão/ Isolamento Social, aumento das situações de dependência e insuficiência de respostas da rede solidária

FINALIDADE: Aumentar e Diversificar as respostas sociais dirigidas a idosos (dependentes ou não)

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Minimizar as situações de Isolamento	Aumentara disponibilização de "ajudas técnicas"	Implementação do Centro de Recursos e Ajudas Técnicas de âmbito Concelhio	- CMO - Cooperativa de S. Pedro - Centro Social e Paroquial de Barcarena	CSF de Barcarena
	Melhorar e alargar os serviços prestados do apoio domiciliário	Organização e formação de grupos de voluntários para trabalho com idosos	- CMO - Núcleo Executivo do CLAS	
		Elaboração de candidaturas ao Programa de Atendimento Integrado a Idosos (PAII)	- Centro Social e Paroquial da Barcarena - Centro Social e Paroquial N. Sr. ^a de Porto Salvo - Associação de Assistência a Idosos e Deficientes de Oeiras - Centro Comunitário N. ^a Sr. ^a das Dores	
		Alargamento para mais 10 pessoas abrangidas pelos serviços de apoio domiciliário da Cooperativa de S. Pedro	- Cooperativa de S. Pedro	CSF de Barcarena
	Aumentar em 15 o número de beneficiários de Ginástica Geriátrica	Negociação de protocolos de colaboração entre IPSS, Associações Desportivas e Faculdade de Motricidade Humana (FMH)	- Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense (SIMECQ)	CSF de Cruz Quebrada/Dafundo
	Organizar colónias de férias Bailes Seniores e visitas com grupos de idosos e reformados	Realização de encontros culturais e de lazer	- Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra	CSF de Oeiras e S. Julião da Barra
			- ProAtlântico	CSF de Porto Salvo
	Criar redes de participação intergeracional	Criação de ateliers com a participação de idosos/alunos e professores	- EB 2+3 Vieira da Silva - EB1 Sílvia Philips	CSF de Carnaxide
- Academia Cultural para a Terceira Idade			CSF de Oeiras e S. Julião da Barra	

			- SCMO – O Pingolé	CSF de Porto Salvo
	Ocupar 30 idosos em actividades úteis à comunidade	Negociação com as 10 CSF para o alargamento das Brigadas Seniores em Movimento	- CMO	
Melhorar a capacidade de apoio e intervenção dos prestadores de cuidados	Formar 60 pessoas no domínio da prestação de cuidados a idosos	2 Acções de formação para cuidadores formais (duração mínima de 50 h – componente teórica e prática)	- Entidade Formadora do Concelho	CSF Algés
		2 Acção de informação/formação e sensibilização para os cuidadores informais	- Centro de Saúde de Carnaxide	CSF Cruz Quebrada/Dafundo
Aprofundar o diagnóstico relativamente às necessidades das pessoas idosas	Elaborar uma proposta para criação e regulamentação de um Conselho Consultivo para as questões do Envelhecimento	Criação de um Grupo de Trabalho para o cumprimento do objectivo específico	- CMO - NE do CLAS	

EIXO: Família/Idosos

PROBLEMA: Baixos Rendimentos

FINALIDADE: Aumentar e diversificar as respostas sociais dirigidas a idosos (dependentes ou não)

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Ações	Responsável	CSF
Minimizar os efeitos da insuficiência/carência económica	Implementar uma Farmácia Social	- Estudo para a criação de Farmácia Social	- NE do CLAS - Associação Nacional de Farmácias (ANF)	
	Disponibilizar apoio medicamentoso a idosos carenciados	- Reunião anual com farmacêuticos e elaboração de Protocolos de Colaboração	- Grupo Dinamizador da CSF Cruz Quebrada/Dafundo	CSF Cruz Quebrada/Dafundo
		- Campanha de sensibilização para entrega de medicamentos	- Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra	CSF Oeiras e S. Julião da Barra
		- Indicação pelas instituições de pessoas a necessitar de apoio medicamentoso	- Junta de Freguesia de Paço de Arcos	CSF Paço de Arcos

EIXO: Família/Idosos

PROBLEMA: Desadequação da Rede de Transportes Públicos às necessidades das Famílias

FINALIDADE: Criar novas respostas de suporte à Família

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Facilitar a mobilidade de crianças, jovens e idosos	Facilitar o acesso a serviços, respostas sociais e actividades culturais e desportivas e a ligação entre as localidades das Freguesias	- Implementação de um serviço de transporte para maior mobilidade de crianças, jovens e idosos	- CSF de Barcarena	CSF Barcarena
			- CSF de Porto Salvo	CSF Porto Salvo
		- Afixação de itinerários e horários nas paragens de autocarro	- CSF de Algés	CSF Algés

EIXO: Educação, Emprego e Formação Profissional

PROBLEMA: Existência de situações de abandono escolar em crianças que saem da escola sem o 3.º ciclo

FINALIDADE: Diminuir o abandono escolar

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Tornar a escola mais atractiva	Fomentar - o exercício da prática desportiva, o uso de novas tecnologias e práticas ligadas à arte	Realização de actividades (ateliês, clubes, oficinas, workshops, entre outros) lúdico-desportivas	- Agrupamento Caspolima - ProAtlântico - Escola Secundária Aquilino Ribeiro	CSF de Porto Salvo
			- Escolas do 2.º e 3.º Ciclo da Freguesia de Algés - Grupo Dinamizador da CSF Algés	CSF de Algés
			- SIMECQ - EB 2+3 João Gonçalves Zarco	CSF de Cruz Quebrada/Dafundo
Diminuir o risco de insucesso escolar	Apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem	Organização de aulas de recuperação	- Escola Secundária Aquilino Ribeiro	CSF de Porto Salvo
		Aplicação de Programa de Métodos de Estudo e Organização do Tempo e Sala de Estudo	- CMO/PROQUAL - EB 2+3 Sophia de Mello Breyner	CSF de Carnaxide
		Acompanhamento escolar e monitorização individual	- AJUDE	CSF de Cruz Quebrada/Dafundo
			- EB 2+3 da Freguesia de Algés	CSF de Algés
Aumentar e desenvolver níveis de competências escolares e pessoais em famílias com crianças em situação de insucesso/risco	Aumentar o n.º de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências	- Divulgação do Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) junto das instituições que trabalham com o público-alvo definido	- NE do CLAS	
	Criar condições para um aumento da capacidade de informação da população	Sessões de Sensibilização/Informação em diversas áreas: alimentação, saúde, desenvolvimento infantil, literacia, expressão plástica	- Projecto Família Global - CMO/PROQUAL	CSF de Carnaxide

de abandono			- FOSRDI/Centro Sagrada Família - Fundação da Juventude - Grupo Dinamizador CSF Algés	CSF de Algés
	Aumentar níveis de competências escolares profissionalizantes	Apoio ao funcionamento/frequência dos cursos de Ensino Recorrente a implementar no próximo ano lectivo (2005/2006)	- CMO/PROQUAL - Projecto Família Global	CSF de Carnaxide
			- CPCJ de Oeiras - Junta de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra	CSF de Oeiras e S. Julião da Barra
		Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)	- FOSRDI/Centro da Sagrada Família - Fundação da Juventude - CMO/PROQUAL	
	Envolver/aproximar a família na vida escolar das crianças	Reuniões com Associações de Pais e apoio à divulgação para adesão de novos associados	- CMO/PROQUAL - Projecto Família Global - Agrupamento João Gonçalves Zarco	CSF de Carnaxide
		Actividades de sala/festas de escola com o envolvimento da família	- Núcleo Dinamizador da CSF Algés	CSF de Algés
	- Junta de Freguesia de Cruz Quebrada/Dafundo		CSF de Cruz Quebrada /Dafundo	
Desenvolver e melhorar a rede educativa	Estudo de necessidades e recursos ao nível do pré-escolar	- Apresentação de proposta para utilização de espaços desactivados de Escolas	Núcleo Dinamizador da CSF de Barcarena	CSF de Barcarena

EIXO: Educação, Emprego e Formação Profissional

PROBLEMA: Dificuldade na inserção em formação ou no mercado de trabalho

FINALIDADE: Prevenir o aumento do desemprego nos grupos identificados

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Ações	Responsável	CSF
Identificar necessidades e recursos ao nível da Formação e Emprego	Elaborar diagnóstico sobre necessidades de Formação e definir Plano Anual de Formação Concelhio	Recolha de indicadores (quantitativos e qualitativos) de diagnóstico	- NE do CLAS - CMO/DAS	
		Criação de um Grupo e realização do respectivo Plano Anual de Formação	- NE do CLAS	
		Criação de Gabinete de Apoio ao Formando e à Comunidade	- FOSRDI/Centro Sagrada Família	CSF Algés
	Melhorar a rede de comunicação entre instituições e agilizar circuitos de informação sobre ofertas disponíveis	Criar um Grupo específico a nível de divulgação de Emprego e Formação no âmbito do Sistema Local de Informação previsto na Rede Social	- NE do CLAS	

EIXO: Comportamentos de Risco

PROBLEMAS:

- Existência de situações de comportamentos violentos em crianças e jovens
- Existência de situações de delinquência, toxicodependências (incluindo o alcoolismo) e de doenças sexualmente transmissíveis
- Existência de situações de gravidez precoce e não desejada
- Existência de situações de Sem-Abrigo

FINALIDADE: Diminuir a incidência dos vários problemas e prevenir este tipo de comportamentos

Objectivo Geral	Objectivo Específico	Acções	Responsável	CSF
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	Desenvolver competências de assertividade e auto-estima em jovens	Elaboração/aplicação de um Programa de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais	- CMO - Escola Secundária Aquilino Ribeiro	CSF de Porto Salvo
			- Faculdade de Motricidade Humana (FMH)	CSF de Cruz Quebrada/Dafundo
	Realizar acções de informação nas seguintes áreas: - Consumo de álcool e outras drogas; - Sexualidade/Planeamento Familiar; - Educação para a Saúde; - Cidadania; - Segurança nas Escolas	- Acções de Informação/Sensibilização - Acções de Formação com o recurso à Dinâmica de Grupo - Acções de divulgação de materiais sobre temas específicos no âmbito da Educação para a Saúde - Auto-avaliação das várias acções desenvolvidas	- PSP Miraflores - Fundação da Juventude	CSF de Algés
			- CMO - CCAL	CSF de Paço de Arcos
	Desenvolver espaços de convívio e relacionamento interpessoal	- Actividades lúdicas e desportivas de ocupação de tempos livres	- CMO - Associação ProAtlântico	CSF de Porto Salvo
			- SIMECQ	CSF de Cruz Quebrada/Dafundo

			<ul style="list-style-type: none"> - CMO/ PROQUAL - Projecto Família Global - Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide - Associação Assomada 	CSF de Carnaxide
			<ul style="list-style-type: none"> - Associação Desportiva de Oeiras - Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra 	CSF de Oeiras e S. Julião da Barra
			<ul style="list-style-type: none"> - Associação Pandilha Jovem - Clube de Jovens do Alto da Loba - CMO/CCAL - GREECAM - EB1 n.º 3 Paço de Arcos - Escola Secundária Luís de Freitas Branco 	CSF de Paço de Arcos
Criar no Concelho um Sistema de Atendimento Integrado, que permita o acompanhamento de situações sinalizadas	Criação e dinamização de um Grupo de Trabalho inter-institucional	- Criação de canais adequados para sinalização e enquadramento de situações/problemas	NE do CLAS	
		- Reunião mensais para delinear estratégias e recursos a afectar para resposta integrada às situações	NE do CLAS	

7. A AVALIAÇÃO DO PLANO

7.1 Tipo de Avaliação

A avaliação tem sido considerada como “um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, os seus impactes e os seus custos” (Fink, A., 1982 in Guerra, 2000). A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projectos futuros.

Porque na construção de um PDS se envolvem **várias equipas de trabalho e diferentes instituições**, propõe-se uma **avaliação de carácter misto**, combinando vários tipos de avaliação tendo em conta os elementos envolvidos no processo. O recurso à “auto-avaliação” deverá ser frequente, envolvendo-se, com apoio externo, ou não, as equipas que irão executar o Plano e, sobretudo, os elementos do núcleo executivo do CLAS. A “auto-avaliação” salienta o papel da avaliação como uma aprendizagem, como um processo participativo e educativo.

A “**auto-avaliação**” orienta-se pelos seguintes princípios:

- ❖ Participação e envolvimento de todos pese embora a possibilidade da existência de um animador externo;
- ❖ Dinâmica e inter-acção entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação;
- ❖ Reflexão em torno da informação recolhida.

A “auto-avaliação” tem como objectivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se actua; contribuir para uma maior eficácia das acções.

Neste sentido, a avaliação não serve para fiscalizar, nem para punir, mas deve ser entendida como um processo de reflexão sobre a acção, indispensável para o planeamento das acções futuras.

Propõe-se, assim, um modelo de avaliação orientada para a utilização e, tal como os princípios da “auto-avaliação” indicam, uma avaliação colectiva, na qual as várias

equipas participam e onde se verifica uma partilha da informação. Este modelo concilia-se com uma avaliação por objectivos através do qual se procura medir a forma e a intensidade com que determinados objectivos foram atingidos.

Os destinatários do processo de avaliação serão as/os técnicas/os directamente envolvidas/os na execução das acções contempladas no Plano, os parceiros representados no CLAS, os dirigentes das instituições sociais do Concelho, a população.

2. Esquema de Avaliação

Critérios de avaliação e questões problemáticas	Indicadores	Suportes de recolha dos indicadores
--	--------------------	--

<p>Coerência interna</p> <p>◆ A definição dos objectivos do PDS contribuem para a concretização das suas finalidades?</p>	<p>◆ Objectivos alcançados/Finalidades</p>	<p>◆ Análise documental (Diagnóstico Social e documentos do PDS)</p>
<p>Viabilidade</p> <p>◆ As acções programadas revelaram-se viáveis?</p>	<p>◆ Tipo de acções programadas/Tipo de acções realizadas</p> <p>◆ Identificação de obstáculos à não concretização das acções</p>	<p>◆ Análise documental (documentos do PDS e relatórios de actividades)</p> <p>◆ Informação recolhida nas reuniões do CLAS</p> <p>◆ Questionários às entidades envolvidas</p>
<p>Eficácia</p> <p>◆ As acções previstas foram realizadas?</p> <p>◆ As acções atingiram a população inicialmente visava?</p> <p>◆ Os objectivos enunciados foram atingidos?</p>	<p>◆ N.º de acções previstas/N.º de acções realizadas</p> <p>◆ Pessoas identificadas como população alvo (n.º e tipologia)/N.º de pessoas abrangidas por sexo, idade, nível de instrução, situação face ao emprego, situação face à saúde, situação familiar</p> <p>◆ Pessoas inscritas/abrangidas/que concluíram as acções</p> <p>◆ A construir depois de aprovado o PDS</p>	<p>◆ Análise documental (documentos do PDS e relatórios de actividades)</p> <p>◆ Ficha de inscrição/caracterização dos beneficiários</p> <p>◆ Idem</p> <p>◆ A definir</p>
<p>Participação</p> <p>◆ Os parceiros identificados participaram efectivamente na execução do Plano?</p>	<p>◆ N.º de novas instituições que se juntaram à parceria e se envolveram no PDS</p> <p>◆ Razões para a não participação dos parceiros</p> <p>◆ N.º e tipologia de novas acções/actividades que foram criadas após a implementação do PDS sem articulação com o mesmo</p>	<p>◆ Documentos do PDS/Registos do CLAS/Fichas de caracterização das diferentes acções</p> <p>◆ Inquéritos/Entrevistas</p> <p>◆ Documentos do PDS/Registos do CLAS</p>

<p>◆ O Plano fomentou a participação da população alvo?</p>	<ul style="list-style-type: none">◆ N.º de reuniões para a discussão do PDS/parceiros envolvidos.◆ N.º de reuniões com os diferentes tipos de população –alvo para a preparação das acções◆ Temas de formação incluídos por sugestão dos/as formandos/as◆ Alterações ao Plano ou nas acções introduzidas por sugestão dos beneficiários◆ Grau de satisfação dos beneficiários em relação às acções em que participaram	<ul style="list-style-type: none">◆ Registos de reunião do CLAS◆ Registos de reunião◆ Programas de formação◆ Registos vários◆ Inquéritos/Entrevistas
---	--	--

DOCUMENTOS DE APOIO

Brochura "Conselho Municipal de Educação", Oeiras, Outubro de 2004.

CLAS, *Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras*, Aprovado na Sessão Plenária de 15 de Novembro de 2004.

CMO e Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos dos Recursos Humanos (Fevereiro de 2005), *Carta de Competências Profissionais do Concelho de Oeiras*, Oeiras.

CMO (Dezembro 2004), *Carta da Saúde do Concelho de Oeiras*.

CMO (2004), *Carta Educativa do Concelho de Oeiras*.

CMO (Julho 2003), *Oeiras, Factos e Números*.

CMO (Fevereiro 2001), *Oeiras XXI – Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável. Relatório Final – Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável*.

CMO (2002), *Guia de Recursos Sociais do Concelho de Oeiras*.

CMO (2005), *Guia do Associativismo Desportivo do Concelho de Oeiras*.

CPCJ de Oeiras (2005), "Relatório de Avaliação da Actividade da CPCJ de Oeiras no ano de 2004".

Edital n.º 177/2004, de 5 de Março, II Série, "Fundamentação da Proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Oeiras".

IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*.

INE (2003), Anuário Estatístico da Região de Lisboa.

ISS, IP (Janeiro de 2005), *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Documento de trabalho realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, I.P com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico

ISS (Novembro 2003), *Guia de Recursos para o Desenvolvimento Social*.

MSST, ISS (Novembro 2004), *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*.

MSST, ISS (Julho 2003), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Portugal 2003-2005*.

Proposta n.º 434/04 – Aprovação da Alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Saúde.

SOCINOVA/UNL (2005), "Estudo para a construção de um Observatório Local de Emprego. Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras", Lisboa.